

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA Nº 5 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM TRINTA DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO**

-----No dia trinta de novembro de dois mil e dezoito, pelas 19.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no Salão Nobre do Município, sito no Solar dos Gorjões, Largo de S. João, em Porto de Mós, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. *Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;*-----

-----2. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

-----ORDEM DE TRABALHOS:-----

-----1. *Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento)*-----

-----2. *Documentos Previsionais para o quadriénio 2019-2022; (Apreciação, discussão e votação);*-----

-----3. *Medidas de execução do orçamento para o ano de 2019; (apreciação, discussão e votação);*-----

-----4. *Mapa de Pessoal para o Ano de 2019; (apreciação, discussão e votação);*-----

-----5. *Pedido de autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais no Exercício de 2019 (Apreciação, discussão e votação);*-----

-----6. *Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; (Para conhecimento)*-----

-----7. *Delegação de Competências nas Freguesias;*-----

-----7.1. *Pedido de autorização de adenda aos acordos de execução com as Freguesias; (Apreciação, discussão e votação);*-----

-----7.2. *Pedido de autorização Contratos Interadministrativos com as Freguesias; (Apreciação, discussão e votação);*-----

-----8. *Conselho Municipal de Segurança do Concelho de Porto de Mós;*-----

-----8.1. *Aprovação do regulamento provisório do Conselho Municipal de Segurança do Concelho de Porto de Mós (Apreciação, discussão e votação);*-----

-----8.2. *Aprovação da composição do Conselho Municipal de Segurança (Apreciação, discussão e votação);*-----

-----9. *Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação)*-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Estavam presentes na mesa a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, a Primeira Secretária, Olga Cristina Fino Silvestre e o Segundo Secretário, Antonio José Jesus Ferreira. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves (PS), Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM), José Gabriel Pires Vala (PSD), Antonio Pereira Carvalho (PS), Júlio João Carreira Vieira (PSD), Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM), Rita Isabel Santos Miguel (PS), Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD), David Miguel Feteira Salgueiro (PS), Fernanda Maria dos Santos Ferreira Marques (AJSIM), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Antonio Manuel dos Santos Carreira (AJSIM), João Guilherme Cerejo Santos Costa (PSD), Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteiro (AJSIM).-----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; João Carlos Coelho Ferreira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Jorge Paulo Costa Carvalho (PS) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Arrimal e Mendiga; Manuel de Freitas Barroso (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Margarida Maria Fonseca Carvalheiro Louro dos Santos (AJSIM) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Antonio Rogério de Oliveira Vieira (IPP) Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Sandra Maria da Silva Martins (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvados e Alcaria; Tiago Manuel da Costa Rei (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Rui Fernando Correia Marto, Marco Paulo Barbosa Lopes e Sofia Margarida Amado Pereira Caetano, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa Rogério Paulo Fernandes Nunes.-----

-----Faltaram à sessão, o Vereador Fernando Manuel Marques Amado, bem como os membros da Assembleia Municipal Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS), Cecília Lopes Palma (PSD) e Cristiana Ferreira do Rosário (PSD), cujas faltas foram consideradas justificadas pela mesa da Assembleia, tendo sido substituídos, nos termos da Lei e do Regimento, a primeira por Pedro Alexandre Beato Santos (PS), a segunda por Maria Goreti Domingues (PSD) e a terceira por Félix Correia dos Reis (PSD).-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Às dezanove horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão começando por cumprimentar todos os presentes. Desejou a todos um bom trabalho, esperando que a sessão decorra na defesa dos interesses próprios da população do concelho de Porto de Mós, no quadro das atribuições do Município e no uso das competências definidas por lei. Terminou dizendo que esta sessão se vai reger pelo Regimento aprovado em 23 de fevereiro de 2018. Nesta conformidade deu-se início ao período de intervenção do público.-----

### -----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para usar a palavra. -----

### -----**Manuel Carvalho (Arrimal):**-----

-----Iniciou a sua intervenção cumprimentando a senhora Presidente da Assembleia Municipal, e na pessoa dela, todos os presentes. Seguidamente passou a desejar um bom ano de 2019 a todos os presentes, fazendo votos para que o presente mandato decorra da melhor forma para a Câmara Municipal de Porto de Mós.-----

### -----**Célia Rosa (Bezerra):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes, desejou a todos um Feliz Natal. Prosseguiu dizendo que apenas queria perguntar em que ponto estava a situação da estrada da sua terra, que tem vindo a ser fustigada com a queda de pedras.-----

### -----**Américo Pires Leal (S. Jorge):**-----

-----Iniciando a sua intervenção e depois de cumprimentar os presentes disse querer colocar algumas questões sobre a estrada de S. Jorge, nomeadamente, perguntando quando é que as obras estarão prontas e quando é que a estrada de S. Jorge e do Carvalhinho estarão alcatroadas, pois neste momento a sua empresa está a sofrer alguns prejuízos dado que alguns dos seus clientes não podem ali transitar. Perguntou ainda quem é a autoridade responsável pela fiscalização das viaturas que se encontram paradas de um lado e doutro da estrada, em frente à obra de uma superfície comercial que ali está a ser levada a efeito, impedindo ali a livre circulação de outras viaturas. Terminou perguntando se a estrada de S. Jorge vai estar circulável entre o museu e a rotunda, a curto prazo.-----

-----O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra a fim de responder às questões que lhe foram colocadas pelos anteriores intervenientes.-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes reiterou os votos de Boas Festas, agradecendo

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também aqueles que lhe foram dirigidos. A **Célia Rosa**, disse que, quanto à estrada da Bezerra a empresa contratada voltou ao local, estando essa obra prevista e orçamentada para o próximo ano. No entanto foi necessário criar uma comissão de avaliação, pois a intervenção em si, pressupõe que haja algum tipo de cuidados e que seja antecipadamente monitorizado o que é que está efetivamente em risco, pois já se percebeu que a intervenção a ser feita, terá que ser muito mais além do que a contenção das pedras que têm caído para a estrada.-----

-----A **Américo Leal** disse que se prevê que estrada de S. Jorge fique concluída até ao dia treze de dezembro. Continuou dizendo que esteve naquele local no dia anterior e que a GNR estava a fiscalizar o local.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a pôr à aprovação do plenário, a ata nº 4 da sessão ordinária realizada em 28.09.2018, esclarecendo que em conformidade com o disposto no n.º 3 do Art.º 34.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, os Deputados Municipais, que não tenham estado presentes na sessão a que a respetiva ata diz respeito, não participam na sua aprovação.-----

-----**Antonio Pires** pediu a correção da ata supramencionada, na página 223, dizendo que onde se lê "...no dia vinte e oito de junho..." deve ler-se "...no dia vinte e oito de setembro...".-----

-----Não havendo mais reparos a fazer ao texto da ata, a senhora Presidente da Assembleia pôs a mesma a votação, tendo sido **aprovada por maioria, com quatro abstenções**.-----

-----**2. Outros assuntos de interesse para o Concelho.**-----

-----Entrando no ponto 2 do período de antes da ordem do dia, a senhora Presidente da Assembleia passou a referir que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir. -----

-----**João Guilherme Cerejo dos Santos (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes disse que neste período de antes da ordem do dia iria falar sobre três temas. Em primeiro lugar sobre as bolsas de estudo, onde referiu que em oitenta e três candidaturas às bolsas de estudo, o município conseguiu entregar quarenta e cinco. Continuou dizendo que esta atribuição tem a ver com o agregado familiar e os seus rendimentos, sendo esta uma prova de que, cada vez mais o município está disposto a ajudar os estudantes do concelho a prosseguirem os seus estudos. Outro tema sobre o qual queria fazer uma referência tem a ver com a celebração feita pelo Município no passado mês de outubro, sobre o Centenário do fim da Primeira Guerra Mundial, considerando importante honrar a memória dos duzentos e catorze soldados que, no concelho de Porto de Mós, partiram para a I Grande Guerra para lutar pelo

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Estado Português. Em último lugar, falar sobre o Orçamento Participativo e pelo sucesso que foi, face às trinta e três propostas apresentadas, considerando-o um bom sinal da participação dos munícipes no envolvimento do trabalho que é feito diariamente pela Câmara Municipal.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara usou da palavra dizendo que este garantiu que os esgotos da Cumeira ainda começavam este ano e estando no fim do ano, as obras ainda não começaram. Outra questão que colocou, foi sobre o facto de não estar nada contemplado em orçamento, para as obras de substituição das condutas de água que ainda estão em fibrocimento no Juncal. Fez ainda referência ao facto de na vila do Juncal, haver ruas que estão muito degradadas, estando todas remendadas.-----

-----**Félix Correia dos Reis (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que o fez para se apresentar e desejar Boas Festas a todos.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Depois de saudar todos os presentes disse que apenas queria fazer duas pequenas chamadas de atenção, sendo que a primeira tem a ver com a estrada que vai do cruzamento da Boeira e uma outra que vai para o Juncal. Essa estrada em tempos deixou de ser circulada por viaturas pesadas que, por ser muito estreita provocava ali sempre problemas. Continuou apontando os diversos problemas de circulação que a estrada em causa comporta sugerindo que se fizesse um estudo de forma a que a estrada viesse a ter apenas um sentido. Outra situação que passou a referir, dizendo não saber se a Câmara Municipal poderia fazer chegar esta situação a quem de direito, tem a ver com o facto de, ao final do dia, haver sempre duas ou três viaturas que param junto à estrada que vem do Juncal e passa junto da Rua da Baiona, e que estando ali dois ou três minutos arrancam, provocando ali alguma instabilidade e medo entre os residentes da zona.-----

-----**Antonio José Jesus Ferreira (PSD):**-----

-----Usando da palavra, começou por cumprimentar todos os presentes dizendo que a sua intervenção não tem a ver com quaisquer questões ao executivo, mas congratular-se com o trabalho que o executivo tem vindo a fazer na área da proteção civil, e nomeadamente no apoio aos bombeiros voluntários do concelho, que são o principal agente e ator da proteção civil. Passou depois a recordar que há cerca de um ano houve aqui uma sessão bastante animada, com a presença de bombeiros onde foi manifestada muita indignação e muita crítica ao executivo municipal, relativamente ao apoio que este iria dar aos bombeiros do Juncal. Disse ainda que teve na altura a oportunidade de referir na intervenção que fez, que havia alguns colegas que estavam um pouco mal informados relativamente à atuação da Câmara. Fazendo uma pequena

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

retrospectiva quanto ao que aconteceu, no que diz respeito à Proteção Civil, é bom que seja aqui feito um pequeno enquadramento do empenho do executivo nessa área. Assim, disse, em 2018, a preocupação que havia relativamente ao apoio que a Câmara daria aos Bombeiros do Juncal, não se concretizou. O senhor Presidente da Câmara, na altura disse aqui, e fê-lo, que as duas corporações de bombeiros (de Juncal e de Porto de Mós) seriam apoiadas na mesma medida, estando neste momento, as obras concluídas nas duas Associações, pelo que essa preocupação que existia, não se concretizou e o senhor Presidente e seu executivo, prometeram e cumpriram. Também prometeu que iria aumentar substancialmente o apoio dado, nomeadamente às três associações de bombeiros do concelho, o que fez, aumentando o subsídio fixo em cerca de 50% e criando também um método de cálculo mais equitativo, para que a distribuição dos dinheiros públicos, seja feita como deve ser feita, ou seja equitativamente. Criou também, e dando continuidade ao que o anterior executivo vinha fazendo, a agora renomeada Base Aérea de Porto de Mós, querendo aqui reconhecer o trabalho feito na renomeação, porque o anterior executivo andou um bocadinho distraído. Tendo o anterior executivo e bem, apoiado, efetuando todo o investimento naquela base aérea, houve um município vizinho, até porque o nome era Base Aérea de Alcaria, que começou a aproveitar-se desse facto e a partir de determinada altura já se dizia que era a Base Aérea da Batalha. Assim, foi a base renomeada e muito bem, tendo lá investido o necessário para concretizar um anseio que também já era do anterior executivo, mas que na altura, por diversas razões não o conseguiu fazer, alocando ali um meio aéreo permanente durante o período de verão, o período de maior risco de incêndio. Continuou, salientando que esse trabalho potenciou a proteção do território do concelho e dos territórios vizinhos, congratulando-se com esse empenho, com o investimento que foi feito naquela base e também com a renomeação da Base Aérea de Porto de Mós. Prosseguiu dizendo ser um anseio, nomeadamente da Associação de Bombeiros do Juncal e de Mira de Aire, porque a de Porto de Mós já tinha, uma coisa que este executivo conseguiu trazer para o Juncal e Mira de Aire – mais duas EIP's (Equipas de Intervenção Permanente), de cinco homens, paga, em 50% pela Câmara e os outros 50% pela Proteção Civil. Considerando ser esse um trabalho de grande valor, porque das quarenta e uma que o Governo atribuiu para todo País, três chegaram ao distrito de Leiria e dessas três, duas foram para o concelho de Porto de Mós. Um anseio que as duas corporações tinham há muitos anos e que este executivo conseguiu realizar. Passou depois a referir que aquilo que está bem feito é de continuar a apoiar, referindo-se aos mosaicos de gestão de combustível, ao nível da prevenção, que já vinham do anterior executivo e a que este deu continuidade. Assim, disse, para os mais distraídos, este executivo fez o que nunca foi feito até hoje por mais nenhum, em termos de apoio, em termos de quantidade de dinheiro que atribuiu à Proteção Civil. Só para que se tenha uma noção, a diferença da média dos últimos cinco/seis anos, traduz-se em uma vez e meia a mais, naquilo que este executivo apoiou a Proteção Civil e nomeadamente os Bombeiros, que são o principal ator daquela. Terminou dizendo crer que se pode estar descansado, contrariamente àquilo que há um

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ano aqui foi dito, tanto mais que este executivo tinha no seu manifesto eleitoral uma preocupação muito grande com a proteção civil e cumpriu, e em pouco tempo, nunca se tendo investido tanto na proteção civil e obviamente na segurança e na proteção dos munícipes, como este executivo o fez, e apenas em um ano.-----

-----Passou depois a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara para responder aos anteriores intervenientes. Começando por responder ao senhor deputado municipal, **João Cerejo dos Santos**, disse que de facto, o município prometeu e cumpriu, não fazendo mais do que sua obrigação. Referindo-se às bolsas de estudo, disse que efetivamente foram recebidas oitenta e três candidaturas, tendo sido selecionadas quarenta e cinco e tendo as restantes sido excluídas por razões que, na sua grande maioria, excediam os critérios que foram definidos para esse apoio. Manifestou a sua satisfação no apoio das famílias selecionadas, dizendo que o valor, neste momento é o possível, mas considerando-o um contributo social importante. Relativamente às Comemorações do Centenário do final da I Guerra Mundial, disse que foi feito um trabalho com alguma profundidade, tendo sido editado um livro que guarda essas memórias, propiciando que se deixe de ter o soldado desconhecido e se passem a ter duzentos e catorze combatentes com nome. Quanto ao orçamento participativo, que tem como objetivo final a aproximação dos eleitos aos eleitores, teve de facto muitas propostas, e tendo sido efetivamente a primeira vez que tal iniciativa foi lançada, haverá com certeza algumas coisas a melhorar futuramente, para que no próximo ano, o orçamento participativo, não só tenha melhores propostas, mas tenha sobretudo, o envolvimento da população, durante mais tempo.-----

-----A **Joaquim Santiago** disse, relativamente aos esgotos da Cumeira que essa obra está adjudicada pensando que começará ainda durante este mês que se avizinha e que só não começou no mês de outubro como estava previsto, em virtude de ter ocorrido um atraso no concurso. No que se refere ao fibrocimento, disse que se iria iniciar a substituição em Casais de Matos/Vale d'Água, numa ponta da freguesia do Juncal, e relativamente ao alcatroamento, existe uma verba global, genérica para alcatroamentos nas freguesias do concelho, tendo já o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Juncal manifestado essas necessidades, e estando as mesmas a ser equacionados.-----

-----A **Félix dos Reis**, agradeceu e retribuiu o voto de Boas Festas e deu as boas vindas a esta Assembleia Municipal.-----

-----Respondendo depois a **Luís Almeida**, disse que, para ser sincero, não conhece a estrada em questão, tendo tomado a devida nota, e pedindo-lhe relativamente ao último ponto que referiu: se tiver possibilidade ou se alguns dos ali residentes o tiverem, que lhe enviem por SMS as matrículas das viaturas em questão.-----

-----No que diz respeito à intervenção de **Antonio José Ferreira**, disse que este era um trabalho com o qual o executivo estava comprometido, não tendo feito mais do que a sua obrigação. Disse

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ainda que, no que se refere à Proteção Civil, se se quiser fazer uma aposta na fixação de pessoas e de empresas, ou uma aposta no turismo, tem que haver como base um concelho seguro e sem este tipo de preocupações. Acrescentou que este concelho tem a felicidade de ter três corpos de bombeiros, o que significa uma cobertura perfeita em termos de proteção civil, a partir dos bombeiros. Existe uma equipa de sapadores florestais, há mais de quinze anos, consolidada, que faz um trabalho extraordinário, e agora ainda com o Centro de Meios Aéreos de Porto de Mós, em Alcaria, e com a vantagem de existir também um serviço em permanência de atendimento 24 horas, entrando ao serviço dentro de dias um número verde para qualquer situação de emergência, sendo exatamente no Centro Municipal de Proteção Civil que fica a funcionar no Centro de Meios Aéreos de Porto de Mós. Continuou dizendo que, também não pode esquecer aquilo que foi o trabalho, do Coordenador de Proteção Civil, uma pessoa competente, com uma experiência de mais de vinte anos na Câmara Municipal de Santarém, e que está a fazer um trabalho, que, sem ter grande visibilidade, deve deixar todos confortáveis naquilo que é a recolha de informação e o seu necessário tratamento. Exemplificou com as “Aldeias Seguras” e com a realização de simulacros e o envolvimento das populações nestas medidas, não podendo ainda esquecer o excelente trabalho que está a ser feito ao nível das medidas de autoproteção junto do movimento associativo. O município canalizou uma verba para poder apoiar as associações, nesta questão das medidas de autoproteção, que já esgotou, o que é sinal que foram melhoradas as condições de risco das associações. Considerou que isto é muito significativo, porque ficam todos mais tranquilos ficando a população em geral, acautelada. No orçamento para o próximo ano, vai entrar aqui uma nova forma de proteção civil, tendo sido feito este ano um investimento significativo nas faixas secundárias, de cerca de cento e cinquenta mil euros, com empresas que tiveram que ser contratadas para se cumprir aquilo que era o desígnio do município. No próximo ano, o que está previsto é começar a queimar, a partir dos mosaicos e também a partir da Base e em conjunto com os corpo de Bombeiros, com a Escola Superior Agrária, com os GIP's e com a Escola Nacional de Bombeiros, nas zonas onde no passado se limpou, para de alguma forma se poupar dinheiro, mas também para se utilizar o método tradicional e sobretudo para se poder ter a renovação de pastos em algumas das zonas. Disse ainda que se vai avançar com um projeto que é uma novidade: até aqui só se queimava em baldios, indo-se abrir a possibilidade, a quem seja proprietário e queira que se faça a queima, de autorizar que a mesma se faça. A sua ambição, disse, é trazer para o Centro de Meios Aéreos de Alcaria, uma escola, nesta área. Ainda não existem condições para isso, mas se eventualmente houver disponibilidade do POSEUR para se avançar com uma candidatura, assim se fará. Ainda ao nível da proteção civil, disse que todas as escolas primárias do concelho, já têm Planos de Segurança.-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----  
-----Depois de cumprimentar e desejar a todos os presentes votos de Boas Festas, disse querer

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deixar uma nota de rodapé. O deputado municipal **Antonio José Ferreira**, fez parte de executivo anterior, portanto em matéria de distração, certamente sabe, que graças ao anterior executivo, hoje em dia existe um Centro de excelência em Alcaria. A mais-valia que está lá presente foi graças ao trabalho que foi desenvolvido nos últimos anos e que agora foi complementado, estando no entanto já previsto vir para aqui um meio aéreo, ficando-lhe bem um pouco de reconhecimento em relação a esse trabalho que foi feito, tal como o quartel do bombeiros de que muito se orgulha. Tanto o Partido Socialista como o Movimento AJSIM se têm debatido para que hoje se tenham ali umas condições de excelência, estando o projeto garantido e tendo as verbas sido mantidas, graças a um trabalho que já vinha detrás. Apenas como nota, em termos de distração, também lhe ficava bem esse reconhecimento. Não é só descerrar placas. Quando o trabalho em si, tem uma continuidade, ainda bem que isso acontece.-----

-----Prosseguiu depois dizendo que queria deixar duas ou três notas ao senhor Presidente da Câmara, pois hoje concretamente, irá estar-se a discutir o orçamento de 2019, não podendo no entanto, deixar passar em claro que, passado um ano, passou o orçamento de 2018 e mais alguns uns meses, e ficaram por cumprir alguns *fait divers* políticos consignados no seu programa eleitoral, assim os considera, perguntando se são para cumprir e em que fase é que se encontram: a unidade móvel de saúde, tão falada e tão apregoada como uma das grandes bandeiras, não sabe onde é que se encontra nem como é que está a situação; o Incubamós, também gostaria que lhe desse uma referencia em relação a isso; o Vamós, a rede de transporte local, qual a possibilidade de a pôr em prática de forma exequível e sensata, qual o timing previsto para que isso aconteça e em que condições. Depois, deixou o Centro de Apoio Empresarial previsto, que neste momento, face à conjuntura existente, em termos económicos e de desenvolvimento do próprio concelho, certamente não teve a operacionalidade que deveria ter tido, já que tinha tido mais que tempo para ter a ALE em funcionamento, passando os constrangimentos que encontrou em termos do Estudo de Impacto Ambiental, pondo em causa uma estratégia que vinha sendo delineada para trazerem um centro de excelência empresarial como realmente ali existe. Considerou ter-se perdido um ano, não tendo a certeza de que nos próximos tempos a conjuntura seja tão favorável para trazer empresas como as que ali existem e a criação de postos de trabalho com valor acrescentado, proporcionando uma dinâmica diferente ao concelho. Disse querer saber se e quando é que este Centro de Apoio Empresarial vai ser concretizado. Quanto aos tais *fait divers* políticos, também gostaria de saber em que ponto estão, tais como a praia fluvial, os passadiços da Fórnea, o polo de ensino profissional prometido, qual é a situação, o Fablabs, em que condições é que vai surgir, uma vez que, como bem sabe o vereador Marco Lopes que pensa estar responsável pela situação, tem de haver algumas condições em termos de mecanismos para que o fablabs seja algo que tenha mais-valia na potenciação do manuseamento dos próprios materiais de grandes dimensões, nas condições em que está previsto ser instalado, tendo algumas dúvidas de que isso aconteça. Quanto à questão da ligação da autoestrada a Mira de Aire, perguntou se há mais

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

algum desenvolvimento em relação a isso, achando que foi mais uma situação que foi lançada para o ar na própria campanha eleitoral, tendo sérias dúvidas que alguma vez na vida, com muita pena sua, isso seja exequível. Considerou ainda que, o executivo tem toda a oportunidade de dar continuidade ao abastecimento de água a toda a população, para que este seja um concelho de excelência, colocando realmente Porto de Mós no mapa. Sem estas condições básicas de abastecimento de água a toda a população, de saneamento básico, com o mapeamento que está feito em termos do concelho, o levantamento que estava feito para que fossem dotados os grandes centros urbanos de redes de distribuição, em contrapartida veem-se pequenos apontamentos sem grande critério, não sabendo efetivamente que tipo de critério é que se está a utilizar nesses trabalhos. Em relação ao balanço que pode fazer, neste mais que um ano passado, é que foi um ano perdido em termos de concretização do que estava previsto, de dar continuidade a um movimento de crescimento económico e de fixação de jovens e de um tecido empresarial de excelência. Referiu-se depois à aposta no Turismo dizendo que, o próprio estudo custa sessenta mil euros para dar início à grande bandeira do executivo, dizendo que acha uma perda de meios, devendo estes ser alocados na satisfação das prioridades básicas do concelho achando uma pena que estas não sejam complementadas.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra cumprimentou todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal. Começou por fazer referencia aos semáforos em Serro Ventoso, tendo sido dito já numa sessão da Assembleia há seis meses, que estava em curso em estudo de poupança de energia, mas o que é facto, é que os semáforos continuam sem trabalhar, e se houver lá um acidente, quem é que é o responsável. Seguidamente, referiu que se tem de dar os parabéns ao executivo por há um ano haver feira das velharias em Porto de Mós, embora haja ali algo que o incomoda, que é passar por aquele espaço e passar pelo quiosque dos idosos e vê-lo agarrado com garrações a apanhar a água das beiras, terminando por dizer mais uma vez, que acha que os idosos do concelho mereciam um quiosque melhor.-----

-----Falou depois sobre uma deliberação que a Câmara tomou e que veio à sessão da Assembleia de setembro de 2018, que veio contrariar uma deliberação do anterior executivo de julho de 2017. Em 2017 o anterior executivo deliberou no sentido de se alterar o PDM na zona da Bezerra, prometendo isto aos empresários da pedra, à Assimagra e à Junta de Freguesia, e agora, a Câmara Municipal vem descontinuar o procedimento que foi prometido em julho de 2017. Disse ficar triste com isto, por achar que a exploração de pedra é uma mais-valia para o concelho. A Junta de Freguesia já gastou muito dinheiro, porque lhes foi dito que tinham de ir ao Ministério da Economia para alterar a designação da zona, de “zona de prospeção” para “zona potencial”, tendo sido feito um estudo e sondagens e tendo, tanto a Junta de Freguesia como os empresários, gastado muito dinheiro, sendo que hoje a Câmara vem dizer que “vamos descontinuar o

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

procedimento, não vamos alterar o PDM". Terminou perguntando, se há cinquenta anos atrás os Presidentes da Câmara tivessem proibido a exploração de pedra e de barro no concelho, onde é que estava o concelho de Porto de Mós, hoje em dia.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, disse não resistir a deixar uma nota prévia, e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara referiu que o senhor deputado David Salgueiro deve achar que o senhor é um grande Presidente, porque quer que o senhor cumpra num ano o seu programa eleitoral, e quer que o senhor cumpra num ano, aquilo que o Presidente anterior não fez em doze anos.-----

-----Continuou dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara dizendo que "colocar Porto de Mós no mapa cumprindo o programa eleitoral sufragado pela população que o elegeu, é fazer política com verdade e com respeito pelos eleitores. Investir na cultura e no turismo, mas também na ação social, na educação, mas também noutras áreas estruturantes para os portomosenses e para a economia do concelho, é cumprir o que prometeu. Acusam-no muitas vezes de realizar eventos sem retorno, pergunte-se aos comerciantes o seu grau de satisfação. Pergunte-se aos seniores, aos jovens e menos jovens, esses sim respondem com a franqueza que lhes assiste, sem falsas demagogias. Quanto às críticas que são feitas nesse sentido, não passam de pura demagogia e mera politiquice. Uma Câmara Municipal não é uma empresa que tem por objetivo o lucro, uma Câmara Municipal tem de controlar as despesas e gerir as receitas mas deve aplicá-las de modo a satisfazer as necessidades da sua população. Afinal é esta que paga os impostos, em última instância, quem fornece as receitas. Assim sendo, é a população que tem o direito de usufruir das mesmas, de modo, a que cada dia que passa, haja cada vez mais coesão social. De que adianta querer ter contas chorudas de depósitos a prazo musculados, se depois temos cidadãos a passar dificuldades. Esse não é, pois, o caminho. Senhor Presidente, na minha opinião está no rumo certo, pois consegue ter as contas controladas mas preferiu uma política virada para as pessoas, para o seu bem-estar, em sentido lato, e nas várias áreas, pois as pessoas são o princípio, o meio e o fim da atividade da Câmara, praticando assim uma política do século XXI. Senhor Presidente, chamar despesa, ao patrocínio de uma bolsa de estudo, que possibilita a cada estudante frequentar uma universidade, é pura demagogia. Chamar despesa, ao incentivo ao comércio local, por exemplo, com atividades de Natal, onde muitas vezes o Município só investe tempo e dedicação, é pura demagogia. Senhor Presidente, tenho conhecimento de que foram implementadas bolsas de estudo a estudantes carenciados no nosso concelho, o que demonstra a preocupação deste executivo PSD, com a solidariedade, a educação e a justiça social, e coloca as pessoas no topo da pirâmide da preocupação do município. Já foi aqui referido que este município atribuiu quarenta e cinco bolsas de estudo. A minha pergunta é a seguinte: se seria possível dizer quais as freguesias dos beneficiários, de modo a que, houvesse a possibilidade de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*haver uma caracterização, ou uma sensibilidade social, por forma a se saber mais concretamente quais as freguesias que necessitam desses apoios. Outra preocupação que existe e que este executivo também revela, é na população sénior. Gostaria de saber se o sistema de teleassistência que foi implantado com o executivo anterior, se continua a funcionar e se tem ou não aderência".-*

-----Passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara, que, respondendo ao senhor deputado **David Salgueiro**, disse que este foi de facto um ano intenso, de algumas conquistas, um ano, que tem uma estratégia definida, um ano diferente. Aquilo que o executivo está a fazer, está a fazê-lo assente na estratégia que foi definida, e com os passos de forma certa. Não valendo a pena andar a correr, por se correr, corre-se o risco de fazer mal, estando aqui para se tentar usar bem os dinheiros públicos e por isso, é que já ficaram três concursos desertos, porque os valores base não foram altos. Entrando naquilo que são as questões específicas, disse, quanto à unidade móvel de saúde, irá dia 10 a Lisboa para a apresentação da reprogramação de fundos comunitários. O Município de Porto de Mós, nesta reprogramação, é o segundo da CIMRL que mais FEDER conquistou, cifrando-se esse valor em cerca de quatrocentos mil euros, dos quais sessenta e cinco mil são para a unidade móvel de saúde. O caderno de encargos está feito à espera da aprovação da reprogramação de fundos comunitários, porque não estava mapeado, e assim, teve de ser pedida uma alteração ao mapeamento, para introduzir a unidade móvel de saúde. Aguarda-se por isso a assinatura do protocolo para se poder adquirir a viatura, podendo desta forma servir toda uma população desprotegida, de toda a serra, tendo diagnóstico, enfermagem de proximidade e um conjunto de serviços que estão a funcionar, muito bem, nomeadamente no oeste, onde praticamente todos os concelhos têm unidade móvel de saúde. Este serviço vai avançar, esperando que seja o mais rapidamente possível. Relativamente à Incubamós e à Fablab, são duas novidades para Porto de Mós, estando a instalação a ser feita, nesta fase, no Espaço Jovem. Esta instalação tem pessoas avalizadas, que estão a trabalhar com o Município de Porto de Mós, no sentido de dinamizar a Fablab, devendo dizer que algumas empresas multinacionais vão dar o seu apoio na instalação, e o seu patrocínio. A Fablab de Porto de Mós, é uma realidade e a Incubamós, vem por inerência, logo a seguir, esperando que até final do ano, este processo esteja concluído. Quanto ao Centro de Apoio Empresarial, disse ter sido bem claro, quando referiu que é para instalar da ALE. O que não fez foi colocar lá um *outdoor* a dizer que iria ser lá instalado, como aconteceu há doze anos, sendo que os doze anos passaram e ele não foi feito. Daqui a um ano, disse esperar ter as coisas em condições para avançar com o projeto do Centro de Apoio Empresarial e se houver financiamento será feita uma coisa em condições. Relativamente à praia fluvial, disse haver uma candidatura na Rede Natural para reabilitação da nascente do rio Lena. São noventa mil euros, trata-se de uma candidatura em rede, que também sofreu uma reprogramação, havendo dois municípios que só em final de outubro é que entregaram o seu projeto, esperando que venha a aprovação. Quando esta vier, o senhor Vice Presidente tem um projeto para se avançar com

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aquela parte. Na reprogramação Porto de Mós vai ter, em conjunto com a Câmara da Batalha, Leiria e Marinha Grande, e no âmbito da descarbonização, um grande projeto que começa em Porto de Mós e termina em Vieira de Leiria. Trata-se de uma ecovia que tem como base a recuperação das margens do Rio Lena e do Rio Liz e uma acessibilidade contínua, com algumas situações novas, nomeadamente *wi-fi* e estações de bicicletas elétricas, estando este estudo a ser feito em conjunto com o Instituto Politécnico de Leiria. O município de Porto de Mós está neste momento para contratar o levantamento topográfico. Relativamente à água, o executivo tem um projeto global, estratégico, que não é apenas mudar as canalizações, tendo já sido reparados três reservatórios, substituídas três bombas que estavam avariadas, e foi feito um reservatório novo. Já foi feita uma nova captação estando a ser levada a cabo uma outra. Tem que ser descontinuado um furo que está a criar problemas na serra. Já foram substituídas as condutas da Marinha até à Bemposta porque ficaram entupidas com calcário. Tem que ser fornecida água com qualidade, mas essa água tem de vir de captações que pelo menos tenham esse equilíbrio. Associado ainda a esta questão, foi firmado um acordo com o núcleo de espeleologia de Leiria para fazer a primeira escola de espeleologia aqui. A água entra aqui, porque o concelho está em cima do aquífero do maciço calcário estremenho, sendo necessário estudá-lo e sobretudo informar principalmente a comunidade escolar da importância que a água tem, onde é que existem captações de água e a importância que tem tratar-se bem o subsolo. Este é um projeto que vai ser lançado entretanto, que está no âmbito do projeto educativo que este ano tematiza a água. Vai-se continuar a investir, havendo um empresa a quem foi adjudicada a primeira fase do abastecimento de água a S. Bento – Espinheiro, Covão do Frade e Moleana. No que diz respeito ao saneamento básico, irá ter lugar uma reunião com o POSEUR conjuntamente com os senhores Presidentes das Câmaras de Leiria e da Batalha, no próximo dia 12, para se discutir a agregação. Mas discutir a agregação no sentido de se poder fazer de uma forma continuada o projeto da Cumeira a ligar em S. Jorge. Este é um projeto muito importante, mas é um projeto que custa seis milhões de euros, como custam os restantes. Há aqui um projeto de quase vinte milhões de euros, que tem de ser financiado, senão não se faz à velocidade que gostaria que se fizesse. Esta é uma preocupação do executivo, mas enquanto não se fizer, têm que se fechar as malhas, não se podendo continuar a ter, dentro da vila de Porto de Mós, população que não tem saneamento básico. Assim, neste momento, está a ser feito o saneamento no Bairro de S. Miguel e a seguir irá ser feito nas Azenhas, nos Colos e na Rua do Norte, porque também não se alcatroam estradas sem se fazerem primeiro as infraestruturas. Relativamente ainda ao saneamento básico, o último grande investimento em saneamento básico, participado, sem agregações, foi feito em Mira de Aire, e bem, tendo ficado concluído hoje. Mas esta foi a parte mais pequena, que rondou os setecentos mil euros. Na altura havia o POSEUR, fundos comunitários, para poder participar a parte maior, os três milhões de euros, que é o que falta fazer, e agora não há. A preocupação deste executivo com o saneamento básico faz parte de uma estratégia, pois como disse o deputado David Salgueiro para haver turismo tem de haver

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

condições básicas, estando este executivo a promove-las. A opção deste executivo, e já o disse mais do que uma vez, não seria priorizarem a obra da Central, preferindo de longe, investir em saneamento básico e acabar o fornecimento de água o mais rápido possível, mas esta foi a opção que foi tomada, tendo de assumir o que foi optado antes, não desbaratando os dinheiros públicos, porque a Câmara já foi buscar participação de fundos comunitários, cumprindo-lhe agora honrar o compromisso anteriormente assumido.-----

-----Quanto ao "Vamós", referiu que Porto de Mós está fora do sistema. A Batalha tem o sistema que tem, o "Gira", porque contratualizou com um operador, todo o serviço de transportes, nomeadamente transportes escolares, e entrou na rede de negociação o "Gira". Nós somos operadores autónomos. Nós não vamos à CIMRL buscar as linhas. Como operadores autónomos só podemos ter o Vamós se comprarmos. E continuamos a ter o mesmo problema, porque não temos transportes públicos para a população em geral. O município aqui ao lado tem o transporte dos alunos, em circuito normal, mas é circuito normal estabelecido para redes de transporte dos alunos. Tem aqui algumas vantagens. Não necessita de um auxiliar de apoio. Os autocarros, os nossos, só podem ter quinze anos, a partir daí ficam inoperacionais para transportar alunos. Eles podem ter os autocarros operacionais, desde que passem na inspeção, operacionais durante mais tempo. E depois têm a vantagem de poder transportar e poder cobrar bilhetes ao cidadão comum, coisa que os nossos autocarros não podem fazer. Isto significa que nós temos uma vantagem e esta tem de ser ponderada em relação à outra, que é o bom serviço que o município de Porto de Mós presta. O que se pretende fazer, com o operador que cá está, e no concurso que vai haver no próximo ano, é entrarmos na rede, podermos fazer a nossa candidatura a partir da CIMRL em conjunto com os restantes dez municípios, sem prejuízo de podermos ficar com os nossos autocarros a servir algumas das linhas menos interessantes, para se poder baixar preço, e a partir daí criar aquilo que é a nossa ambição, que é ligar o Vamós, o miniautocarro de transportes, à Batalha e consequentemente a Leiria. Disse ainda que se está a trabalhar no sentido de poder passar em Porto de Mós um expresso. Não está concretizado, não está a fazer uma promessa, apenas que se está a tentar, porque uma das suas preocupações é efetivamente os transportes públicos, porque só se faz em condições a tal coesão que todos reconhecem que é fundamental que se faça, se as pessoas tiverem um sistema de transportes públicos minimamente equilibrado. Os transportes públicos e a sua importância, na sua opinião, vai acentuar-se, valendo a pena estudar e pensar numa rede de transportes que há-de nascer a partir da rede dos transportes escolares, mas que, em simultâneo, seja rede de transportes públicos, nomeadamente, no período em que não há aulas, de forma a poder-se garantir a ligação de todo o concelho a Porto de Mós, e consequentemente daqui à Batalha e a Leiria, porque é assim que tem de ser.-----

-----A **Carlos Cordeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso**, disse relativamente aos semáforos, já ter pedido orçamento, para até final do ano se colocar a caixa.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto ao quiosque, disse que o mesmo vai ser mudado porque de facto aquele não tem quaisquer condições. No que se refere à feira de velharias, disse que lhe parece ser um dia importante, por ser mais um momento de aproximação das pessoas que gostam desse tipo de peças, havendo muita gente que ali se desloca para ver, para comprar e para negociar, o que constitui uma excelente dinâmica.-----

-----Relativamente à deliberação da Câmara de Porto de Mós de não avançar com a alteração do PDM, disse que aquilo que foi a reunião de Câmara não foi a aprovação da alteração do PDM, o que foi a reunião de Câmara, foi um documento a dizer que a Câmara alterava o PDM. Ora a Câmara não altera o PDM, pois nem termos de referência tinha. O que continua a dizer é que, aquela zona atualmente não tem capacidade de carga para uma exploração como se previa, dizendo estar-se a falar da Bezerra e de atravessar Figueirinhas, estranhando, como é que o PDM, tendo sido alterado em 2015, não o previa. Continuou dizendo que este PDM tem condições para passar a ser revisto daqui a sete anos. O que a Câmara Municipal de Porto de Mós fez, foi ponderar uma decisão anterior, que foi votada desfavoravelmente, por unanimidade, com base num estudo de impacto ambiental negativo, sendo a partir daqui, que se faz uma avaliação séria. -----

-----A **Olga Silvestre** respondeu que de facto foi um ano muito intenso, que passou num instante, com uma equipa muito coesa, importando aqui dizer também, um executivo, composto por sete pessoas que sempre colocaram muita seriedade na forma como se discutem os assuntos. É bom que isto seja dito, porque, independentemente das divergências, das diferenças políticas, quando tem sido preciso pensar no concelho de Porto de Mós, as pessoas afirmam-se e estão cá. Sem desprimor para todos os outros, disse não poder deixar de fazer aqui uma referência ao vereador Rui Marto, que teve sempre um comportamento muito sério e sobretudo um comportamento elevado no que diz respeito à defesa dos interesses do concelho de Porto de Mós, sempre que foi chamado para discutir os assuntos e sobretudo para decidir em conjunto. Continuou ainda dizendo que este executivo está a avançar com projetos a pensar nas pessoas. Quanto a questões de pormenor, disse terem sido atribuídas quarenta e cinco bolsas de estudo, distribuídas por dez freguesias do concelho, bem como referiu o aumento de aderência na teleassistência.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que queria deixar algumas notas ao senhor Presidente da Câmara. Começou por dizer que na semana passada houve na sua freguesia um acidente gravíssimo fazendo referência à ausência de lombas que há muito reclama. Referiu depois que se têm passado tempos difíceis em Alqueidão da Serra, no que diz respeito à água, ficando a zona da Carreirancha sem água frequentemente. Disse depois querer dar os parabéns ao executivo e à senhora Presidente da Assembleia pela utilização de garrafas de água e copos de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vidro, o que muito apreciou. Prosseguiu a sua intervenção dizendo que, ainda no final do anterior mandato, foi feita uma requalificação da rede de águas, que já teve três intervenções, sendo apologista de que elas fossem reclamadas ao empreiteiro, perguntando qual o ponto da situação. Passou depois a referir a iluminação pública, dizendo que sabe que não depende da Câmara Municipal, mas existem muitas luminárias apagadas havendo mesmo lugares completamente às escuras, tais como Casais dos Vales e Covas Altas, tendo ele próprio manifestando o seu desagrado à EDP e pedindo a intervenção da Câmara. Verificou que na vila de Porto de Mós existem alguns ecopontos novos, perguntando se estes não podem também chegar a locais mais distantes como Casal Duro e Bouceiros, pois não é fácil sensibilizarem-se as pessoas se eles não existirem. Disse depois, recomendando aos trabalhadores do município um bocadinho de mais brio naquilo que fazem, não deixando restos de materiais espalhados, sendo que nalguns casos até são materiais com alguma perigosidade para a saúde pública. Por último, fez referência às iluminações de Natal na vila de Porto de Mós, perguntando se estas também vão chegar às freguesias.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia, usando da palavra disse, relativamente ao uso de garrafas e copos de vidro, que os polítics devem dar o exemplo de boas práticas, neste caso, no âmbito do ambiente.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que o senhor Presidente da Câmara tem uma boa capacidade de defesa, pelo que não precisa de defesa adicional verificando que o que antes era democracia com a crítica livre, agora é demagogia quando se faz uma crítica, disse, referindo-se a algumas intervenções aqui feitas.-----

-----Continuou dizendo que gostaria de saber, na última Assembleia, a propósito dos eventos, de festas ou que se lhe queira chamar, o senhor Presidente, em resposta a este tema, afirmou o seguinte: "*Eventos culturais com valor, são comparticipados a 70% no âmbito do programa cultural da Comunidade Intermunicipal de Leiria. Até pelo menos outubro de 2017 o executivo anterior não usufruiu disso porque decidiu não integrar a rede, pois trata-se de um projeto que envolve dez municípios.*" Disse relativamente a este assunto, depois de se ter informado, que o que o senhor Presidente da Câmara aqui afirmou não corresponde inteiramente à verdade, porque isto é um programa para um triénio, de apoios da CIMRL, eventos esses que já estavam aprovados, um deles mesmo antes das eleições, no âmbito desta programação e desta candidatura – que foi a comemoração da Batalha de Aljubarrota em Agosto de 2017. Depois, se eventualmente essa programação foi refeita ou alterada por este executivo, é outra coisa. Agora que a candidatura tinha sido feita, tinha. Mas o senhor Presidente o dirá. Em segundo lugar, gostaria de saber, em linha com uma pergunta do público, relativamente à rede viária, e na sequência do que aconteceu entre Vila Viçosa e Borba, e porque também aqui existem algumas estradas a passar na zona de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Bezerra e Serro Ventoso, vias que passam em zonas de pedreiras, se há por parte do município esse mapeamento e identificação de situações de risco e não só na estrada da Bezerra, por que essa tem ali um problema que já não é de agora. Disse ainda que gostaria de chamar a atenção do seguinte: tem-se visto, com grande afã e registo nas redes sociais, as fotografias que vão sendo colocadas das obras, e todas elas necessárias, mas há algumas coisas que não são colocadas, por exemplo na manutenção e recuperação do mobiliário urbano, referindo-se concretamente a todo o mobiliário, incluindo passeios, dizendo lembrar-se de uma situação que tem a ver com a paragem de autocarro em frente ao Mercado Municipal, que está sem vidro traseiro e tem uns espigões que são autênticas facas, num local onde circulam centenas de crianças, tendo havido já, pelo menos, uma criança que ali se aleijou com alguma gravidade, pelo que pensa que as equipas do município que todos os dias andam na rua, devem estar atentas a estas situações, tomando delas a devida nota e fazendo-as chegar ao conhecimento do senhor Presidente. Relativamente ao saneamento, gostaria de saber o ponto da situação. No que diz respeito a este assunto, como o senhor Presidente disse, e muito bem, não é admissível que haja ainda em Porto de Mós, zonas sem saneamento. Na sessão de abril deste ano, nesta assembleia municipal, o senhor Presidente disse que se iriam tomar medidas relativamente à ligação efetiva, perguntando em que ponto é que isso está, porque existem variadíssimas situações, das quais tem conhecimento direto, algumas até de saneamento que já está executado há bastantes anos, tendo as pessoas pago a taxa de ligação, mas a ligação não está feita. Seguidamente perguntou ao senhor Presidente da Câmara, por achar que se trata de um assunto que é importante para a fixação de pessoas no concelho e para a coesão territorial, em que ponto é que está a ARU de Mira de Aire, perguntando se há alguma evolução sobre este ponto. Quanto ao Centro de Meios Aéreos, disse achar muito bem que este executivo tenha dado continuidade ao que vinha sendo feito, porque esta realidade é um investimento do Município, independentemente de ser o executivo anterior ou não. Referiu que por altura da visita de Sua Santidade, O Papa, a Fátima, e das questões segurança que tal implicou, foi moeda de troca com o Governo, que fosse colocado aqui um meio aéreo, em permanência. Terminou depois perguntando em que ponto é que se encontra o gabinete de apoio às freguesias e em que moldes é que vai funcionar, sabendo-se que o senhor Presidente é que tem assumido e continua a assumir o contacto direto com as freguesias e se esse gabinete é apenas de apoio logístico, ou em que moldes é que vai funcionar tecnicamente, ou se vai funcionar. -----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PS):**-----

-----Começando por cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente, disse que antes de iniciar a sua intervenção propriamente dita, queria fazer um pequeno comentário à intervenção do senhor deputado David Salgueiro, dizendo-se muito satisfeito que ele subscreva na íntegra as propostas do PSD, querendo que elas sejam cumpridas em seis meses. Continuou dizendo que este lhe fez lembrar uma intervenção do anterior Presidente da Câmara, aqui nesta Assembleia,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que dirigindo-se ao atual Presidente de Câmara lhe disse “*você dorme com a informação*”. Ora o senhor David Salgueiro já em intervenções anteriores fez questão de dizer que estava a falar por ele, mas isso não impede de querer saber e colher informação de quem lhe está mais próximo e de quem tem experiência dos assuntos aqui tratados, não levando nada a mal que ele se informe. Quando chega aqui e quer que o executivo faça num ano aquilo que é o seu programa para quatro, disse ainda estar à espera do pavilhão multiusos que era parte do programa eleitoral do anterior executivo. Concluiu dizendo que “*Roma e Pavia não se fizeram num dia*”, estando cá todos para julgar este executivo daqui a três anos.-----

-----Disse depois que queria aqui abordar um assunto que já foi aflorado pelo senhor deputado Mário Cruz, e que tem a ver com a questão de Borba. Continuou dizendo que tem sido muito criticado por causa daquelas declarações de interesse público municipal que aqui vêm para ser aprovadas, pedindo à proteção civil que fiscalize todas essas situações, pois é muito mau para todos se algum dia acontece uma dessas situações e depois se chega à conclusão que até a Assembleia Municipal considerou essas explorações de interesse municipal. Outra questão que queria abordar tem a ver com a visita que o Presidente da República fez ao Campo Militar de S. Jorge. Referiu não ter ficado satisfeito por o órgão de comunicação social do concelho ter escrito que “*O Presidente da República deu um puxão de orelhas ao Presidente da Câmara*”, pois por muito que o Presidente da Câmara queira, sozinho não consegue pôr Porto de Mós no mapa, sendo obrigação dos portomosenses ajudar a fazer esse caminho. Mas o que queria perguntar ao Presidente da Câmara, e porque a chamada de atenção do senhor Presidente da República, por aquilo que leu no Portomosense, tem a ver com o Plano de Pormenor para S. Jorge, que segundo sabe, há uma série de anos que a Câmara recebeu parte do dinheiro do Estado para proceder à elaboração desse Plano, é se é desta vez que isso vai avançar. Finalmente fez referência a uma situação que, raramente ouviu a oposição no passado falar sobre ela, e que ficou muito agastada porque na última sessão da Assembleia ele não falou sobre o assunto, disse referindo-se ao hotel, e perguntando ao senhor Presidente da Câmara qual o ponto de situação.-----

-----**Rui Augusto Pereira Neves (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse, dirigindo-se à senhora Presidente da Assembleia Municipal, se ela era capaz de identificar o documento que lhe entregou, e que estava assinado por ela, pedindo esclarecimentos sobre o assunto. Continuou dizendo que este documento foi distribuído na reunião pública de Câmara e tem a ver com a situação de plágio de que aqui já se falou, em anteriores sessões.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia respondeu que este documento foi enviado para o Ministério Público por causa da situação de plágio que já aqui foi falada. Continuou dizendo que na sessão da Assembleia Municipal anterior, em 28.09.2018, informou que tudo quanto se relacionasse com este assunto, que foi enviado para o Ministério Público, não seria mais objeto de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comentários.-----

-----O senhor Deputado Municipal retorquiu que isso aconteceu em 28 de setembro e que este documento foi distribuído em reunião de Câmara de 11 de outubro, perguntando, como é que depois de se encerrar aqui o assunto e de se lhe dar alguma confidencialidade, porque razão a senhora Presidente entregou este documento, depois disso. Continuou dizendo que aceitou o que a senhora Presidente disse na sessão que teve lugar em Alqueidão da Serra, de que ele estava envolvido nessa situação. A senhora Presidente da Assembleia interrompeu dizendo que iria explicar, o que fez dizendo que, em 21 de junho de 2013, em sessão ordinária da Assembleia Municipal foi apresentada a proposta da classificação e o senhor deputado, nesta altura, não era Presidente da Assembleia. No entanto, quando foi feita queixa pelo senhor Dr. Luís Gil, de que se tratava de plágio, o senhor deputado, nessa altura, era Presidente da Assembleia Municipal. Continuou dizendo que não tem agora aqui os documentos, porque disse que este assunto só aqui voltaria depois da decisão do Ministério Público, mas o documento foi enviado nessa altura para o Presidente da Assembleia Municipal, pelo Presidente da Câmara para tratar do assunto, não tendo aquele feito mais nada. Terminou dizendo que é isso que se pretende apurar, porque o senhor Dr. Luís Gil fez queixa ao senhor Presidente da Câmara, que reencaminhou para o senhor Vice-Presidente, que não tendo dado resposta, voltou ao Presidente da Câmara que reencaminhou para o Presidente da Assembleia. Continuou dizendo que não sabe porque é que trás aqui este documento, que foi o que seguiu para o Ministério Público. Terminou dizendo que, disse aqui e reitera perante esta Assembleia, que este assunto só irá ser tratado aqui quando a Presidente da Assembleia receber a decisão do Ministério Público.-----

-----O senhor deputado municipal Rui Neves replicou que a senhora Presidente encerrou aqui o assunto e que quinze dias depois o enviou para a Câmara Municipal. Continuou dizendo que este assunto é um ajuste de contas que está para ser feito com pessoas do Partido Socialista. Concluiu dizendo que irá ao Ministério Público quando for preciso, assumindo as suas responsabilidades, mas no momento em que o Ministério Público abrir este inquérito, disse querer a sua substituição enquanto deputado municipal.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia respondeu que o senhor deputado terá de o fazer por escrito se quiser a sua substituição, mas quer informar que a Presidente da Assembleia nada tem a ver com isto, não sabendo se é ajuste de contas, não sabendo o que se passou nem com o PS nem com o PSD, porque não detinha qualquer cargo à altura. O que sabe, é que foi nesta Assembleia, sendo ela Presidente, que surgiu uma queixa de plágio, que veio aqui várias vezes, tendo verificado que nada foi feito, e considerando que para si o plágio é crime, fica muito indignada quando estas coisas não são tratadas no devido tempo, e a seu ver, não foram, pelo que tomou as diligências que entendeu necessárias para o cabal esclarecimento da questão. Perante as alegações do deputado municipal Rui Neves de que não teve conhecimento de qualquer queixa de plágio enquanto Presidente da Assembleia Municipal, e de que isso deveria ter sido provado, respondeu-

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ihe a senhora Presidente que isso é uma coisa que terá de fazer. Acrescentou ainda a senhora Presidente que não disse que o senhor deputado Rui Neves enquanto Presidente da Assembleia Municipal, havia tomado conhecimento, mas deveria tê-lo feito. Esta Assembleia Municipal não tem competência para provar nada, nem para afirmar se é plágio ou não, pelo que assunto transitou para o Ministério Público que é quem tem competência para investigar esse assunto devendo o mesmo ser esclarecido pelo bom nome desta casa.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que nos últimos dias têm surgido algumas notícias sobre a prospeção de gás na zona centro, perguntando ao executivo se tem alguns comentários a fazer sobre este assunto, sabendo dos impactos negativos e prejuízos que isso pode causar a toda a zona e concretamente ao concelho de Porto de Mós, principalmente pela contaminação das águas no subsolo. Questionou depois o executivo sobre o Plano Regional de Ordenamento Florestal, pois em sessão anterior o senhor Presidente da Câmara referiu que havia alguma evolução e que o ICNF pretendia alargar a plantação de eucaliptos, pedindo que se fizesse o ponto de situação.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que iria começar pela intervenção do ex-Presidente da Assembleia Municipal, referindo que enquanto membro da Assembleia Municipal e enquanto membro da Comissão Política do PSD, não aceita a insinuação que foi aqui feita, de qualquer achincalhamento político ou o que quer que seja, em relação a deputados municipais ou eleitos do PS. Que tenha conhecimento, nunca existiu isso no PSD e também não vai existir agora. Continuou dizendo que lamenta profundamente que o senhor ex Presidente da Assembleia Municipal tenha tido conhecimento da queixa, que foi levantada em Serro Ventoso pelo queixoso, como é sabido, querendo agora imputar e fazer aqui uma acusação grave de que há aqui alguma tentativa do que quer que seja. Aliás, quem assistiu às Assembleias de mandatos anteriores, assistiu a poucas vergonhas politicamente falando, recordando uma sessão realizada em Mira de Aire, com murros em cima das mesas e gritaria em plena Assembleia Municipal. Elogios como aquele que o Presidente da Câmara acabou de fazer ao vereador Rui Marto, em doze anos, não ouviu um. Continuou dizendo que ele próprio teve de abandonar a Assembleia várias vezes, e não foi porque tivesse feito alguma intervenção ofensiva ou maldosa, mas apenas intervenções absolutamente normais, tanto que a bancada do PS nem tão pouco se manifestava, vindo a seguir uma “malha de pancada” ou do Presidente da Câmara ou do Vice Presidente. Felizmente isso acabou, e as pessoas podem fazer as suas críticas, as suas considerações, que não tem visto essa postura no atual executivo. Portanto, não venham agora dizer que há aqui qualquer tentativa do que quer que seja, em relação a qualquer deputado ou a qualquer eleito do PS. Estamos a falar de factos: houve um queixoso, que se queixou ao Presidente e ao Vice-Presidente da Câmara, que não fez

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nada e encaminhou para o senhor Presidente da Assembleia Municipal na altura, que tinha a obrigação de ter trazido o assunto à Assembleia Municipal e também não fez nada. E o deputado municipal em causa, acusado de fazer plágio, demitiu-se. Foi isto que aconteceu. Agora, o Ministério Público que julgue o que entender sobre o assunto, e não venha fazer acusações que não têm qualquer tipo de fundamento.-----

-----Continuou depois dizendo que queria pedir ao executivo municipal que, antes de cumprir as promessas eleitorais que fez, começasse por cumprir aquelas que os executivos anteriores fizeram e não cumpriram, referindo-se nomeadamente à construção de um multiusos que não foi levado a efeito ou o Centro de Atividades Económicas, que são obras de interesse para o desenvolvimento do concelho. Quanto ao saneamento básico, foi já dito aqui numa sessão anterior, que há quatro mil fogos por ligar, sendo certo que, no mínimo, essas pessoas deviam estar a pagar a taxa de saneamento. Nem se obrigam as pessoas a ligar, porque isso tira votos, nem sequer se põem a pagar a taxa de saneamento. Continuou depois dizendo que houve 83 candidaturas às bolsas de estudo, querendo congratular-se com isso, porque se está a falar de coisas básicas que já existem noutros concelhos há muitos anos. Essas bolsas podem permitir que pessoas que ganham setecentos ou oitocentos euros por mês, possam ter mais do que um filho no ensino superior. Depois de se andar com esta conversas aqui durante anos, finalmente é uma realidade comprovando-se que afinal tinham razão quando se reivindicavam a implementação destas bolsas, porque 83 candidaturas, comprovam que ainda há muita gente no concelho de Porto de Mós, que precisam deste tipo de apoio. No entanto, e sendo justo, de certeza que havia alguma sensibilidade social no executivo anterior, tanto havia que aprovou o regulamento de apoio à comparticipação de medicamentos, perguntando onde é que anda esse regulamento e perguntando ainda, em quatro ou cinco anos, quantos idosos é que foram apoiados, pedindo ao executivo que fizesse esse levantamento e que na próxima sessão da Assembleia Municipal, se não for possível hoje, dissesse quantas pessoas é que foram apoiadas através desse regulamento, porque ele era de tal forma exíguo, que devem ter sido muito poucas. Continuou dizendo que queria também congratular-se pelas comemorações do fim da I Guerra Mundial, porque destes duzentos e catorze combatentes, um deles era seu avô, mas não é só por isso, é porque, como já disse o senhor Presidente da Câmara, eles passaram a ter nome, sendo uma justa homenagem a que foi feita, apenas lamentando que o monumento tenha ficado num sítio que não é o mais adequado, podendo ainda ser um monumento com um bocadinho mais de valor e dignidade. Para acabar, disse que queria congratular-se com o facto de começar a viver numa terra que tem coisas normais, porque acha que festejar o Natal, é uma coisa normal, e uma das coisas que estranhava, era porque é que não existia em Porto de Mós qualquer comemoração de Natal nem da Passagem de Ano. Disse ainda fazer sentido, como disse o senhor Presidente da Freguesia de Alqueidão da Serra, que aquilo que há alusivo ao Natal, não seja só na vila e seja extensivo as freguesias. Terminou dizendo que não quer subscrever o que disse Filipe

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Batista, por substituir as garrafas de plástico por copos de plástico, sugerindo que se substituam os copos de plástico por copos de papelão, que é muito mais ecológico. -----

-----Passou a usar a palavra o senhor Presidente da Câmara respondendo a **Filipe Batista**, dizendo que para si a questão das lombas é sempre algo que lhe cria algum constrangimento, afirmando que a falta de civismo não se deve resolver criando problemas a quem é cívico. Isto não significa que essa estrada não vá levar uma lomba, disse, pois não conhecendo a situação, já a registou. Relativamente à água na Carreirancha, de facto, têm havido alguns problemas pontuais, situação que tem sido melhorada. Na passada segunda-feira, a informação que lhe chegou através do encarregado geral, foi que a situação estava regularizada. Disse agradecer sempre que o informem dessas situações. Uma parte tem a ver com a questão das reclamações que têm vindo daquela obra nova, que está reclamada, tendo sido dado prazo ao empreiteiro, e se a situação não for resolvida as garantias bancárias serão executadas. No que diz respeito aos copos de água, já é utilizada nas reuniões de Câmara água da torneira. Este é um projeto das Águas Centro Litoral, que ofereceu as garrafas na tentativa de promover a utilização da água da torneira, tendo um pedido feito de mais dez garrafas, para oferecer uma a cada Presidente de Junta. No que diz respeito aos ecopontos, disse que existe um programa de distribuição e redistribuição de novos ecopontos, não sabendo de momento os locais a que se destinam, mas tendo tomado nota, irá verificar se existe algum disponível para a freguesia de Alqueidão da Serra. Quanto às luminárias apagadas, disse que alguns Presidentes de Junta remetem para a Câmara essa informação que é de imediato reportada à EDP, pedindo a regularização da situação. O que acontece é que a resolução do problema não é imediata, ficando-se com a sensação de que demora semanas. Ainda hoje foi feito um ultimato à EDP, que tem a ver com a faturação que ainda não está regularizada, e para além disso, continuam-se a ter imensos problemas com a falta de acompanhamento, nestas situações. Relativamente ao apontamento de Natal nas freguesias, disse que isso foi feito em relação à Páscoa, e que será repetido. No que se refere ao Natal, este ano não aconteceu, dizendo que no próximo ano, se irá tentar que seja feito.-----

-----Ao senhor deputado municipal **Mário Cruz**, quanto à candidatura da Cultura na CIMRL, referiu que nunca disse que a candidatura não tinha sido feita, os eventos é que não foram, tanto que sabendo da candidatura, no Natal, esta foi aproveitada e foram feitos sete eventos e o que é importante são os 70% que vieram para os sete eventos. Reafirmou que a candidatura foi feita pela CIMRL mas não foi utilizada pelo Município de Porto de Mós. No que se refere aos taludes, disse ter uma preocupação com a estrada da Bezerra. No que diz respeito às pedreiras, referiu que nesta zona o cenário é um pouco diferente daquilo que é em Borba. Em primeiro lugar, porque neste momento existem Planos de Pormenor de quatro explorações de pedreiras. Para além disso, não há estradas municipais nem caminhos que sejam propriedade do município e que possam, neste caso em concreto, preocupar. Mas não é isso que retira preocupação ao executivo, tendo a Câmara

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responsabilidade nas pedreiras tipo 4, que são as pedreiras com profundidade até 10 metros, sendo as outras da responsabilidade da DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia, no que diz respeito ao plano de lavra e também ao plano de segurança. Depois a recuperação paisagística pertence ao ICNF. Nestes casos, o que se está a fazer nas situações junto destas pedreiras de maior exploração, é a mandar lá o coordenador de proteção civil. Sendo engenheiro civil, tem também uma formação nesta área de segurança em pedreiras, pelo que tem essa sensibilidade tendo daí resultada inclusive, as afirmações que fez para o Jornal de Leiria. Aquilo que existe neste momento, sem deixar de estar preocupados, é uma situação completamente diferente daquela que existe em Borba, porque o plano de lavra é acompanhado de forma diferente e ao que sabe os empresários têm tido o cuidado de cumprir o plano de lavra e alguns deles também, a requalificação da pedreira. Referiu ainda que, ampliar uma pedreira licenciada, aqui no Parque Natural, exige a recuperação de, pelo menos a mesma área, havendo sempre aqui, esta obrigatoriedade de compensação, porque senão, não seria de todo possível. Indo de encontro ao que disse o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, disse que ainda bem que é assim, porque é necessário que os empresários continuem a explorar e a dar vida económica ao concelho, porque a exploração de inertes, aqui na nossa região é um dos fatores fundamentais de desenvolvimento económico. Quanto à paragem de autocarro, disse que já foram adquiridas duas, com vista à sua substituição. No que toca ao saneamento, referiu que existe uma situação no saneamento que é *sui generis*, porque de facto existe uma população servida, neste momento, próximo de quatro mil e setecentos alojamentos ligados e cerca de três mil e tal alojamentos que estando servidos, não estão ligados. Neste momento está em curso um processo de sensibilização, a que se seguirá a notificação às pessoas para fazerem a ligação, com uma contrapartida financeira simbólica. O propósito do executivo é avançar com as ligações o mais rapidamente possível, porque se se conseguir ligar as pessoas que estão identificadas, que estão servidas e não estão ligadas, fica-se com 60% da população servida. Depois existem mais quatrocentos e oitenta ramais para ligar em Mira de Aire, porque como disse, o processo ficou concluído, havendo ainda mais quarenta e um na Boieira e mais uns quarenta, aqui à volta da vila e no Alqueidão da Serra. Continuou dizendo que de facto é pouco, mas têm que ser feitos. Em primeiro lugar para cumprir as regras de equilíbrio e sustentabilidade impostas pelo ERSAR e em segundo lugar, porque isto é uma questão de saúde pública. Não se pode continuar a fechar os olhos em zonas servidos, onde foi feito um investimento significativo e as pessoas assobiarem para o lado e não quererem ligar. O executivo assume a responsabilidade de obrigar os munícipes que estão servidos a ligarem-se à rede, correndo o risco de não agradar a essas pessoas, porque a ligação é obrigatória e terão que o fazer. Essa é a diferença, porque antes ninguém os obrigou a ligar. Relativamente à ARU de Mira de Aire, ela está em curso, tendo já ocorrido duas reuniões de gabinete. A equipa já foi duas vezes a Mira de Aire, estando a avançar em termos do trabalho a desenvolver. Tem associada uma ARU sistemática, havendo aqui um processo que vai durar quinze anos, pensando que pode mudar um bocado a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fotografia daquilo que é hoje a realidade urbanística de Mira de Aire, pelo menos assim o espera. Quanto ao Centro de Meios Aéreos de Porto de Mós, em Alcaria, apenas queria dizer que sempre que fala no assunto, é chamado à atenção, porque ele está lá porque o anterior executivo o fez. Lembrou que quem fez as obras, quem fez o principal corpo e quem o licenciou foi o executivo liderado pelo Dr. José Ferreira, tendo sido ele que trouxe para ali a primeira ideia do Centro de Meios Aéreos. Posteriormente foi feita a requalificação com o investimento necessário, e agora foi feita a alteração e o ajustamento para aquilo que era necessário, por este executivo. Salientou que está feito, está em Porto de Mós e para si, essa é que é a grande bandeira. Quanto ao gabinete de apoio às freguesias, disse que está a ser desenvolvido. Este executivo faz reuniões mensais com os senhores Presidentes de Junta, tendo criado uma forma de diálogo direta a partir da criação de um e-mail direto, que vem exclusivamente para o executivo. Na próxima reunião será apresentado um plano de cedência de equipamentos e será feita também a apresentação de algumas melhorias em termos de apoio técnico, e o gabinete, quando foi idealizado pelo executivo, nunca foi no sentido de criar um gabinete com "x" pessoas para prestarem esse apoio. A ideia do gabinete é efetivamente, os senhores Presidentes de Junta terem uma informação e resposta dedicadas, e saberem que podem contar com o município para responder com apoios técnicos, jurídico e outros, como têm tido. Relativamente à questão das Pedreiras, que **Antonio Pires** colocou, disse pensar que ficou respondido supra. Quanto ao Campo Militar de S. Jorge, disse ser um tema sensível, sabendo toda a gente o que aconteceu, acreditando que não vale a pena pôr política nisto, porque se isso acontecer, fica toda a gente pior do que se está. Pode-se ficar pior, porque, em primeiro lugar, o Campo Militar de S. Jorge, está classificado, tendo uma parte de monumento e outra parte de zona especial de proteção. Em determinado momento, e após a classificação, entendeu-se e bem, que era importante regular através de um Plano de Pormenor. Isso foi feito, foi assinado um protocolo entre o Município de Porto de Mós e o IGESPAR, então, em 18 de dezembro de 2007, e este protocolo visava duas coisas: o comprometimento do Município em avançar com o Plano de Pormenor e em troca disso, o IGESPAR, o Estado, pagava, como pagou, trinta mil duzentos e cinquenta euros para que o Plano de Pormenor avançasse. O Município no dia 2 de julho de 2009 publicou os termos de referência para avançar com o Plano de Pormenor e depois a seguir, pôs o assunto na gaveta. O Estado, agora, veio ter com o executivo e veio dizer que o Município tinha de devolver o dinheiro, o que será feito, se for caso disso, mas esteve a explicar o que é que acontece à população, dizendo que se o Município quiser avançar, compromete-se a vir para o terreno falar com as pessoas que têm terrenos e habitações dentro do monumento, explicando às pessoas o que é um Plano de Pormenor e sobretudo perguntar quais são as ambições que as pessoas têm para o futuro dos seus terrenos ou das suas habitações. Continuou dizendo que, vir para o terreno é diferente de ser o executivo a andar no terreno, o que para si já é um bom princípio. Se eventualmente, e não gostou, porque não gosta de chantagens, esta questão não avançar, o estado vai executar o Município de Porto de Mós, nos tais trinta mil duzentos e cinquenta euros e vai

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aplicar medidas restritivas, ou seja, imposição de regras para o monumento. Disse estar a falar no monumento, porque a questão que tem sido levantada é a dimensão da ZEP (Zona Especial de Proteção). Continuou dizendo que, contrariando até alguns pressupostos, e não é advogado de defesa do estado, reafirmou, que enquanto Presidente de Câmara, para si, primeiro estão as pessoas de S. Jorge. Qualquer instrumento, nomeadamente um Plano de Pormenor, dê as voltas que der, quem o aprova é esta Assembleia Municipal. O problema do Plano de Pormenor não é fazê-lo, mas aprová-lo. Ora esse Plano só será aprovado, se ele for bom para a população, e isto no caso de avançar, pois ainda não está nada definido, podendo o Município pode tomar a decisão de devolver o dinheiro. Tem é de se ter a consciência, de que, no monumento, com medidas restritivas que o estado irá aplicar, provavelmente vai haver dificuldade em se fazer qualquer coisa. A partir do momento em que exista o Plano de Pormenor, e se ficar estabelecido aquilo que a Direção Geral do Património Cultural, disse, efetivamente passa a haver menos dificuldade, porque deixa de ir à Direção Regional de Património Cultural qualquer projeto e passa a ser a Câmara a decidí-lo dentro do monumento e de acordo com as regras definidas pelo Plano de Pormenor. Quanto à na ZEP, e os senhores vereadores ouviram isso da boca das pessoas que lá estavam, pouco querem saber da ZEP, e o exemplo, é o que aconteceu agora com o Continente, é o que está a acontecer com o Grupo Meneses com a ampliação que têm, e é o que vai acontecer na antiga cerâmica ao lado do Continente. Eles estão preocupados efetivamente em preservar o monumento e a Zona Especial de Proteção é obrigatória. Se a ZEP, por alguma razão cair, naturalmente, cada casa tem depois de ter a proteção que o Monumento exige, que são os 50 metros à volta. É isto que existe, de uma forma clara e transparente, afirmando que não dará passos sem, em primeiro lugar falar com a comunidade e em segundo lugar, tomar decisões aqui, de uma forma transparente e acautelada, para não pôr em causa os superiores interesses da população de S. Jorge. No que diz respeito ao hotel, disse que neste momento, o projeto é um projeto apenas de hotel, estando nas mãos de um arquiteto diferente porque representa um grupo hoteleiro. Referiu que não pode dizer muito mais do que isto e o que vai acontecer em fevereiro, é eventualmente terem que vir aqui a esta Assembleia Municipal, algumas alterações que são solicitadas por este grupo, que o executivo pode despachar favoravelmente, não tendo no entanto competência para as aprovar definitivamente, para que aquele grupo possa avançar com a obra. Quanto à prospeção de gás, disse que de facto, existe uma grande preocupação por parte do executivo relativamente a esta questão. Referiu ter tido uma reunião com a empresa Australis, em Leiria, onde estiveram os representantes das quatro Câmaras, tendo ficado muita coisa por responder. A apresentação referiu que essa prospeção é igual a fazer um furo para captação de água, só que, mesmo sendo fracturação hidráulica, como eles dizem que é, há aqui duas questões a que não conseguiram responder, pelo que, a partir do momento em que não conseguem responder, só pode duvidar. E em nome dos superiores interesses do concelho de Porto de Mós e da sua população, porque se está a falar de água, a Câmara de Porto de Mós, por unanimidade, tomou a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decisão de ser frontalmente contra a prospeção do gás. Esta posição foi manifestada em sede de consulta pública. Mas a Australis já veio com a cenoura de que vai dar dinheiro aos municípios e às populações, mas o concelho de Porto de Mós não precisa de dinheiro da Australis e muito menos da exploração. Aquilo que se exige, e contextualizando, foi um acordo assinado em 2015, que foi um acordo leonino e portanto sem estudos de impacto ambiental, sem coisa nenhuma, e as exigências que a Câmara tem feito, levaram já a que o estudo de impacto ambiental, tenha que inevitavelmente que avançar, mas as suas preocupações, que são sérias, têm de ser preocupações de todos, passando a ler aquilo que considera "duas pérolas": "*Sondagem, prospeção de hidrocarbonetos por métodos convencionais na área da concessão da Batalha*" dizendo que é assim que se chama. Na primeira página do relatório diz o seguinte: "*Este relatório, foi elaborado pela RM Portugal, Consultores de Engenharia do Ambiente, doravante RM, com todas as competências, todo o cuidado e toda a diligência razoáveis, integrando os nossos termos e condições gerais e tendo em consideração os recursos que lhe foram dedicados, segundo o acordo com o cliente*", comentando que não é segundo a natureza da exploração mas "*segundo o acordo com o cliente*". Continuou referindo que ainda se diz mais, "*não aceitamos qualquer responsabilidade perante o cliente e terceiros, a respeito de qualquer assunto que não se enquadre no âmbito do acima referido. Este relatório foi preparado para o cliente e não aceitamos qualquer responsabilidade, seja de que natureza for, perante terceiros, a quem este relatório ou qualquer parte do mesmo, seja divulgada.*" E depois termina dizendo "*quaisquer terceiros, confiam no relatório por sua própria conta e risco*". Continuou dizendo que isto é uma vergonha, mas mais, no contrato de concessão quando se fala de fracturação mecânica, diz assim: "*A concessionária deverá respeitar todas as leis em vigor durante a vigência do contrato de concessão, em particular, a que respeitar à utilização de técnicas de fracturação hidráulica. Sem prejuízo do disposto no nº 3 anterior, e em conjunto com outra legislação que venha a ser adotada, a concessionária não poderá utilizar técnicas de fracturação hidráulica, sem autorização prévia da tutela (a mesma tutela que diz que não é preciso sequer estudo de impacto ambiental, só precisa de dar aqui uma autorização para ela se fazer) mencionada no nº 4 anterior se for decidido no prazo de 30 dias*" (porque se no prazo de 30 dias a tutela disser que aquilo não se pode fazer, a aprovação é automática. O que isto quer dizer é que a perfuração pode ser hidráulica, mas eles assumem que é necessária uma galeria de 700 metros na horizontal. Pediu que lhe explicassem. na reunião que ocorreu, como é que se faz na horizontal, a 4 Km de profundidade, uma galeria, com um sistema normal, cuja perfuração não tem um diâmetro maior do que 30 cm, não tendo obtido resposta. Tendo depois procurado a resposta concluiu-se que só há duas soluções: ou é por fracturação ou é por produtos químicos. Como se sabe as captações de água do concelho, estão a menos de 5 Km daquele local, e sendo os lençóis freáticos os mesmos, disse não perceber porque é que Alcobaça não está preocupada, porque as captações de Chiqueda são por ali perto. Referiu depois que a zona industrial de Porto de Mós, uma das condicionantes que tem, imposta

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pela APA, é que pode contaminar a exploração de água de Alcobaça, em Chiqueda. Mas o furo, que é feito com técnicas que nem sequer são conhecidas, já não tem problema nenhum para a captação de água, nem para a de Porto de Mós. Por isso exigiu um plano de contingência para a água, porque se faltar a água na casa de uma pessoa, disse não querer deixar de ter responsabilidade, mas não pode é ser responsabilizado. Terminou dizendo que pode ir sozinho, mas que irá até ao fim do mundo para aquilo não se fazer, sabendo que vai ser difícil contrariar esse projeto, mas também sabe que se aquilo se fizer vai haver problemas graves a nível de abastecimento de água, bem como problemas complicados a nível do subsolo, que como é sabido, é um queijo suíço. Referiu depois que o que acha, é que devem estar todos unidos, todos contra, e sobretudo todos do lado da razão.-----

-----Quanto ao PROF (Plano Regional de Ordenamento Florestal), disse que já foram dados alguns passos, tendo o senhor Secretário de Estado tido algumas compreensões. Quanto a este assunto, houve a sessão pública no passado dia 21, à tarde, pelo que os esclarecimentos para nós, já pouco valeram relativamente àquilo que era o contributo da Comunidade Intermunicipal, nesta matéria. Nós fizemos um estudo técnico aprofundado. Este PROF foi feito por três empresas e encomendado pelo ICNF, e tem muitos erros, que considera inadmissíveis num documento desta natureza, no entanto, disse pensar que nosso contributo é positivo, havendo aqui uma questão que tinha referido aos senhores vereadores, é que o senhor Secretário de Estado, disse que não haveria nenhum aumento de eucalipto, sem primeiro se perceber qual era a mancha de eucalipto existente, de 2010 até 2015. De facto, no concelho de Porto de Mós, em 2010, havia 1 615 hectares, sendo previsto crescer 165 hectares. Neste momento, há 2 616 hectares de eucalipto, o que significa que existem quase mais 1000 hectares de eucalipto do que aquilo que é o máximo que se poderia ter de acordo com o COS (Carta de Uso e de Ocupação do Solo). Terminou dizendo que se trata de um PROF que está contaminado desde o início, com números completamente errados, com muito pouca maleabilidade e o que existe é um alargar da possibilidade de plantação de eucaliptos no distrito de Leiria, sobretudo na Comunidade Intermunicipal de Leiria, para valores incompreensíveis, ignorando tudo aquilo que foram os incêndios de 2017, ignorando inclusive a recomendação, através de uma resolução do Conselho de Ministros, que diz que a floresta deve ter como base, na sua essência, a prevenção, deve ter na sua essência as espécies arbóreas que façam a contenção do fogo.-----

-----Relativamente à questão da calçada à portuguesa, disse que teria na próxima semana uma reunião com o Presidente da Associação, para começar, definitivamente, a dar os passos com vista à candidatura a património da UNESCO. No que se refere ao saneamento, disse que já foi respondido, afirmando que se iria continuar a trabalhar nestas questões.-----

-----Continuou dizendo que tem 45 candidaturas às bolsas de estudo, aprovadas.-----

-----Quanto à situação do apoio a medicamentos, disse que o que existia foi mudado tendo o Município aderido à Associação Dignidade – Programa abem. Esta associação trabalha em rede a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nível nacional e os beneficiários são pessoas que se encontram numa situação de carência económica e não conseguem comprar os medicamentos que precisam. A cada beneficiário é atribuído um cartão que lhe permite aceder aos medicamentos prescritos em qualquer farmácia do país, sem mais burocracias e com a dignidade que merece, havendo, em quatro meses, já dezoito pessoas a serem apoiadas a 100%.-----

-----Relativamente à Passagem de Ano, disse que será mantido o modelo do ano passado, sendo uma parceria com a Junta de Freguesia de Porto de Mós, e realizar-se-á no recinto das tasquinhas.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS)** pediu ainda a palavra, para pedir alguns esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara sobre os furos do gás em Aljubarrota, que, respondendo, disse que a concessão já foi vendida.-----

-----Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia disse que o senhor deputado **Mário Cruz (AJSIM)** pretendia fazer uma interpelação à mesa, concedendo-lhe a palavra. Começou este por dizer que, muito rapidamente e relativamente ao assunto que foi aqui trazido pelo senhor deputado Rui Neves, se a decisão de não se falar mais desse assunto é da senhora Presidente da Mesa, e se assim fôr é para ser acatada por todos os deputados municipais, porque posteriormente já houve quem falasse do assunto, colocando aqui factos que não deveriam estar, uma vez que já está entregue a quem de direito. Disse ainda pensar que todos os assuntos podem aqui ser discutidos, mas se é uma decisão da Mesa, gostaria de saber. Em segundo lugar pediu ainda um esclarecimento, porque o deputado Júlio Vieira não fez um pedido de esclarecimento ao senhor Presidente sobre o saneamento, fez a si próprio, porque disse que não percebia porque que trazia aqui o assunto do saneamento, e se tiver mais alguns segundos explicará. Em primeiro lugar, este grupo municipal, com exceção dele próprio e do deputado Luís Almeida, nenhum fez parte do executivo e no anterior mandato eram até oposição, e mesmo que tivessem feito parte, era o que faltava, não poder pedir um esclarecimento ao senhor Presidente, acerca de qualquer assunto. Portanto, disse não perceber porque é que fez a pergunta.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, dirigindo-se a Mário Cruz respondeu que foi uma decisão da Mesa da Assembleia porque se trata de uma situação que a esta Assembleia não diz respeito, sendo que a única coisa que importa saber é se há plágio ou não. E essa é uma competência que está cometida ao Ministério Público, não valendo a pena voltar a falar deste assunto, até que aquele se pronuncie.-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal;**-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Dando início ao período da ordem do dia, começou por dar algumas informações ao plenário. Referindo-se ainda à correspondência recebida, disse que tem recebido muitos convites para estar presente em variadíssimos eventos e sempre que o faz é em nome e em representação da Assembleia Municipal.-----

### -----2. Documentos Previsionais para o quadriénio 2019-2022; -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra para apresentar a proposta de orçamento e as grandes opções do plano para 2019.-----

-----Começou por dizer que o Orçamento, no fundo tem por base uma linha estratégica de médio prazo que assenta no turismo de natureza, estando previsto para 2019 um investimento com algum significado, superior a um milhão de euros, sendo que, grande parte deste investimento tem participação FEDER. E disse referir grande parte, porque estão aqui contempladas algumas intervenções que não fazendo parte do projeto em si, que é candidatado, fazem parte daquilo que é a estratégia do executivo de intervenção desta área do turismo, nomeadamente, turismo cultural. Disse ainda falar por exemplo na reabilitação da estrada romana em Alqueidão da Serra, onde se pretende, para além da sua reabilitação, deitar abaixo aquela pedreira e reabilitar o espaço envolvente, também na reabilitação do Parque de Campismo do Arrimal e a ligação e o potenciar das duas lagoas, ou ainda na zona de contemplação no Chão das Pias que já era uma obra e projeto prevista pela Junta de Freguesia anterior, como se pode falar de um conjunto de outros projetos de dimensão menor, também ligados a esta questão do turismo. Como atrás referiu, no mapeamento, existiam para turismo de natureza cerca de duzentos e cinquenta mil euros, neste momento vai-se passar, de participação FEDER com reprogramação, para os quinhentos e trinta e cinco mil euros de fundos comunitários para apoiar o projeto. Foi lançado o concurso da recuperação do Centro de Desportos ao Ar Livre de Alvados, que vai ser transformado num posto de turismo avançado com várias valências e a partir daqui, dinamizar aquilo que é todo o projeto de turismo de natureza. Este projeto está assente numa estratégia que já estava definida e a partir daqui, desenvolve-se o resto do programa, e neste caso, deste orçamento para 2019. Naturalmente que existe aqui uma condicionante que se pretende levar por diante, nomeadamente a questão da Central Termoelétrica, que implicará um esforço financeiro que terá que ser suportado pela tesouraria da Câmara de cerca de seiscentos e cinco mil euros. Não sendo um problema maior, não deixa de ser um constrangimento à estratégia do executivo. No entanto, disse, que volta a dizer o que já disse no passado, comprometeu-se a assumir essa responsabilidade e em não deitar fora dinheiros comunitários que já foram recebidos, e que teriam de ser devolvidos caso a obra fosse abandonada, e assim foi decidido lançar o concurso, com o mesmo caderno de encargos e neste momento está na fase final de avaliação dos critérios de seleção qualitativos, para se poder, aí sim, avançar para as propostas. Referiu-se depois à questão da rede de saneamento básico, à importância de que a mesma se reveste e ao investimento que se está a fazer neste sector. Referiu

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o executivo tem um plano estratégico para a água, sendo seu objetivo não apenas desenvolver e melhorar as redes com este investimento de substituição das redes antigas, estando em negociação para aquisição de um sistema de telegestão, dada a importância para se poder monitorizar as redes e desta forma acautelar as perdas de água que é um dos grandes problemas que existem. Falando ainda da problemática da água salientou a importância da sensibilização das pessoas no sentido da poupança da água, com o município e as freguesias a darem o exemplo, estando a adquirir relógios para colocar nos sistemas de rega.-----

-----Na área económica, a Área de Localização Empresarial de Porto de Mós, reveste-se de grande importância, estando em consulta pública a partir do próximo dia 3 até 16 de janeiro, estando prevista uma sessão de esclarecimento aqui às 19.30 horas do próximo dia 7 de dezembro, onde as pessoas poderão dar o seu contributo para se lhe poder acrescentar valor. Em simultâneo, está a decorrer a avaliação de impacto ambiental, que tem aqui algumas condicionantes, que tem a ver com a ribeira de Pedreiras, estando a ser solicitado um estudo para a realização de uma rotunda que é fundamental para fazer a ligação da atual área de localização empresarial com as antigas zonas industriais que existem, e também estando a solicitar-nos uma rotunda aérea para salvaguardar essa zona de inundações, estando a ser trabalhada a avaliação de impacto ambiental em simultâneo com a parte do projetista para tentar encontrar soluções que não onerem tanto a construção dessa parte da zona industrial ou da ALE, sendo certo que essa rotunda, ainda não faz parte desta fase de expansão. Mas não fazendo parte e sendo obrigatória a entrega da declaração de impacto ambiental, para se poder avançar com a candidatura a fundos comunitários, não se pode deixar de ter associada à DIA (Declaração de Impacto Ambiental). A aquisição dos terrenos tem vindo a ser feita a muito bom ritmo, tendo esta semana fechado negócio para aquisição de um terreno que tem vinte e seis mil metros, por valores enquadrados nas avaliações, para que quando a candidatura estiver em condições para se poder avançar, existir projeto, declaração de impacto ambiental e terrenos na posse da Câmara Municipal. É este o seu propósito para avançar com as coisas de uma forma definitiva. Importa ainda dar uma nota, logo no princípio de ano deverá ficar concluída e publicada a alteração ao Plano de Pormenor da zona industrial de Mira de Aire e a sua transformação para Área de Localização Empresarial, atendendo à procura que se tem vindo a verificar, para outras áreas da economia, que não apenas a indústria. Continuou depois dizendo que, existe aqui também neste orçamento, aquilo que para o executivo é fundamental, que é ouvir quem está no terreno, ouvir os senhores presidentes de Junta para perceber exatamente aquilo que eles pretendem. Os senhores presidente de Junta quando são questionados a definirem prioridades, definem-nas de acordo com os principais interesses das suas populações. A maioria dos senhores presidentes de Junta o que solicitou foram melhorias ao nível das condições de vida da sua população, (saneamento básico, melhoria no abastecimento de água) mas também, a melhoria das condições para receber pessoas, enquadrando as suas propostas naquilo que é a estratégia do município. Disse ainda que entretanto os senhores

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deputados municipais serão chamados a conhecer o estudo que está a ser desenvolvido pelo Instituto Politécnico de Leiria, um estudo que se chama Plano Estratégico para o desenvolvimento sustentável do Turismo no concelho de Porto de Mós.-----

-----Entrando objetivamente na parte do Orçamento, percebe-se que a receita corrente se cifra em cerca de dezassete milhões de euros e a receita de capital, não chega a quatro milhões e trezentos mil euros, ou seja, facilmente se percebe que a receita corrente representa cerca de 80% do total. A despesa corrente, representa cerca de 65% do total, e em sua opinião, quando há uma compensação de receita corrente e a sua transferência para receita de capital, com esta dimensão, disse pensar que se está perante um orçamento bastante positivo, bastante equilibrado.-

-----Disse ainda que, do lado da receita há aqui uma evolução na receita corrente, de dezasseis milhões quinhentos e setenta e quatro, para dezassete milhões, e naturalmente uma receita de capital prevista, inferior há do ano anterior, muito por força daquilo que é, a sua perspetiva sobre receita de fundos comunitários. Tentou-se ser o mais concreto possível, quanto a esta questão dos fundos comunitários, pois, sendo certo que se vão receber, o momento de os receber é que pode não coincidir exatamente com o ano civil, dependendo também da evolução de algumas dessas obras, que foi o que aconteceu no ano anterior, relativamente à Central, pois havia essa previsão na receita e não foi possível executar a obra, por razões conhecidas. Assim, disse pensar que neste orçamento as receitas de capital são mais realistas relativamente aos fundos comunitários. Depois, o aumento das receitas correntes pelo FEF, 5,84%, e de impostos diretos de 7,63%. Passou depois a falar da evolução da receita de acordo com o gráfico que apresentou, referindo que as receitas corrente advém, de IMI, de IMT, tendo este apuramento sido feito com base nas execuções dos últimos anos. No que diz respeito à receita de capital, foram ajustados à realidade. Quanto à despesa referiu uma transferência significativa, de receita corrente, para despesa de capital. Como já referiu, despesas correntes traduzem um reajuste da eficiência nas operações da organização, tendo sido entendido ser possível fazer mais com menos, daqui advindo esta diferença. E depois, a despesa de capital, abarcará todo o aumento do orçamento no que diz respeito ao reforço, ou seja, existe um reforço em despesa corrente que foi decidido transferir na sua totalidade, para despesa de capital, ou seja, para acrescentar valor ao território, com obras. Na evolução da despesa, a despesa com pessoal, refletem o descongelamento e atualização das carreiras. Por vezes fala-se que o Município tem muitos trabalhadores, mas tem que se ter em consideração que a Câmara já recebeu a descentralização, no que se refere às escolas, pelo que os seus trabalhadores passaram a integrar o domínio do Município. Continuou dizendo que o Estado paga cerca de 75 trabalhadores, tendo este município, neste momento, ao serviço das escolas, praticamente o dobro. A preocupação da Câmara, numa área fundamental, em que o executivo, tem como propósito fixar alunos, e não perdê-los. Sobretudo pretende-se acompanhar aqueles que são parte de uma população mais desfavorecida, aqueles que têm necessidade de acompanhamento diferenciado, e satisfazer também, de alguma forma, uma coisa que acha que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é importante, que é a manutenção das escolas em contexto rural, pois se estas forem fechadas em territórios de baixa densidade, naturalmente o afastamento dessas populações para os centros urbanos, é quase simultâneo, passando a ter uma população jovem nos centros urbanos e depois, aldeias e até freguesias completamente desertificadas e apenas com população adulta e não é isso que se pretende, pois a estratégia do executivo passa por dar bons condições de educação a todos os alunos, estejam no polo escolar de Porto de Mós ou na escola de S. Bento. Por isso, têm sido feitos alguns investimentos significativos na manutenção do parque escolar, tendo sido feita a requalificação de todos os parques infantis e estando a requalificar de uma forma quase sistemática, todas as escolas, dando prioridade às que tinham menores condições.-----

-----Sobre a rubrica de aquisição de bens, verifica-se uma descida substancial, tendo a Câmara vindo a fazer de uma forma diferente e o aumento de quase quinhentos mil euros nas aquisições de bens de capital, nas chamadas despesas de capital.-----

-----Ainda em termos de orçamento, também uma situação que já foi usada no passado tendo entretanto sido descontinuada, mas que considera que é importante que se faça, que é saber, à partida, qual é o provável saldo de gerência a transferir de 2018 a 2019, sabendo-se neste momento o que existe em curso, o que se vai liquidar, e é com esta consciência que o executivo assume compromissos em valor não definido para iniciar um conjunto significativo de obras, que nalguns casos têm apenas a rubrica aberta, ou seja, politicamente este valor não vai para um lado qualquer quando o saldo de gerência for transferido, vai exatamente para aquilo que o executivo se comprometeu em orçamento, sendo esta, efetivamente uma novidade em relação aos últimos orçamentos. -----

-----Disse ainda valer a pena falar sobre a proteção civil, salientando o reforço efetuado para as duas EIP's (Equipas de Intervenção Permanente) que os dois corpos de bombeiros vão ter, passando o concelho a ter uma cobertura total neste âmbito, sendo essa uma conquista importante, mas sobretudo, é o resultado do que tem sido feito em termos de proteção civil.-----

-----Referiu depois que há também um aumento na área da saúde, e para além da unidade móvel de saúde, vai ser terminada a reabilitação do posto médico de Calvaria de Cima, vão ser iniciadas obras no posto médico de Pedreiras para o adaptar aos critérios definidos em USF, tendo ainda o município aderido ao programa de Saúde Oral, indo ser instalada no Centro de Saúde de Porto de Mós, uma área exclusivamente para este fim, sendo uma parte comparticipada pelo estado e outra parte, pelo município de Porto de Mós.-----

-----Continuou dizendo que é também a aposta no saneamento e que algumas das obras têm menos significado em termos de volume, menos significado em termos de alojamentos servidos, mas são, como disse atrás, fechos de malha, e vão ser feitos paulatinamente, em simultâneo com toda aquela linha que vai da Cumeira até S. Jorge. Como já atrás referiu, irá ter uma reunião por causa do POSEUR, e se esta candidatura não tiver condições para avançar, a Câmara terá que avançar com a obra. Terá que se lançar concurso público de uma forma faseada, primeiramente na

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cumeira e depois para a Moitalina, estando a ser ultimada a alteração do projeto. Reputa essa obra de grande importância atendendo a que se trata de uma zona com uma densidade populacional muito significativa, mas sobretudo, porque é uma zona com um tecido empresarial, que dificilmente consegue sobreviver sem ter este serviço associado.-----

-----Para concluir, disse que estamos perante um orçamento equilibrado, que assenta numa estratégia e que o executivo quer concretizar no próximo ano, já com importantes passos dados, no sentido de começar no início do próximo ano a concretizar alguns destes projetos, até porque já existem os necessários projetos para que isso possa acontecer.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Usando da palavra referiu que há pouco, o senhor deputado António José Ferreira deu aqui os parabéns à Câmara por obras nos quartéis dos bombeiros, e reparou que a Câmara Municipal se prepara para adquirir terrenos para Complexo do Centro Municipal de Proteção Civil, perguntando se seria possível se, destas obras, e se tivesse havido um certo planeamento, não se poderia juntar esse complexo a uma destas unidades, parecendo-lhe que se pode estar aqui a duplicar valências. Disse depois ter verificado que a grande aposta deste orçamento é no turismo, mas na reunião que teve com o seu executivo, frisou que a sua grande preocupação era com a população da sua freguesia, pois todos os dias vê acentuar-se a desertificação e solicitou um desafio ao executivo, que era, eventualmente, poder, em Alqueidão da Serra, fazer-se uma pequena pesquisa, sobre uma hipotética zona industrial que pudesse vir a albergar três ou quatro pequenas ou médias empresas, para que fosse possível, dessa maneira, captar mais pessoas. A freguesia de Alqueidão da Serra não pediu parques verdes, nem nada disso, porque a sua preocupação é outra. Continuou dizendo que não foi contemplada, mas ainda assim há aqui uns dinheiros para uns estudos. Quanto à questão da educação, disse que, de facto, uma aldeia ou uma vila sem escola sai completamente descaracterizada, pedindo que seja elucidado sobre o que está a ser feito para que terras como o Alqueidão da Serra mantenham as suas escolas em funcionamento. Para terminar, disse ter verificado neste orçamento que há uma preocupação relativamente à substituição de condutas e novas aplicações de água, achando no entanto, e olhando os valores orçamentados, manifestamente pouco, principalmente, pelos problemas que sente na sua freguesia e que já aqui foram enumerados, e em outras freguesias. Concluiu dizendo que as associações e o seu apoio financeiro, também devem ser pensados, pois são elas também o motor das pequenas aldeias.-----

-----**Félix Correia dos Reis (PSD):**-----

-----Manifestou a sua satisfação por ter verificado que a Câmara Municipal congregou esforços, tendo feito este orçamento ouvindo as outras forças políticas, e dizendo ficar contente por

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o senhor Presidente da Câmara ter esta abertura.-----

-----Congratulou-se também por esta Câmara ver nos Presidentes de Junta, parceiros, e que as relações institucionais evoluíram desde o tempo em que ele próprio foi Presidente de Junta, esperando que os Presidente de Junta saibam valorizar este esforço.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----No uso da palavra, começou por dizer que se iria escusar de comentar números, até porque, como todos sabem, um orçamento é um instrumento previsional, meramente indicativo, restando-lhe fazer algumas críticas, a seu ver, construtivas, relativamente às linhas orientadoras do mesmo.-----

-----Referiu-se depois à proposta da candidatura da Calçada Portuguesa a património da UNESCO, que lhe parece ser uma proposta pouco ambiciosa. Com todo o conjunto, riquíssimo, de formas de trabalhar a pedra, (e fala dos muros de pedra seca, das casemas, das pias), apenas candidatar-se à calçada portuguesa, é pouco, havendo potencial para muito mais, e este potencial pode gerar riqueza. E isto, leva-o a um segundo ponto que é o turismo, verificando que, pela primeira vez em Porto de Mós se está a tentar criar uma estratégia coesa, mas o que o entristece mais é que se está a deixar de fora o fator diferenciador, porque Porto de Mós não tem uma paisagem natural, Porto de Mós, tem uma paisagem altamente humanizada, porque se se reparar, encontram-se os muros de pedra, encontram-se os moinhos, e até algumas pedreiras, fazem parte da paisagem. Não se pode olhar só para a natureza, e criar sítios de contemplação, porque se este património edificado não for valorizado, se não se criarem meios de fixação de população, se não se criarem os acessos, se não se criarem estas estruturas, este património vai-se perder, e sendo aquilo que nos diferencia, ficamos sem eles. Terminou dizendo que lança este desafio à Câmara Municipal, para agarrar na candidatura de Calçada à Portuguesa e torná-la muito mais. Outro fator diferenciador, e ficou muito satisfeito quando o viu contemplado neste documento, é a criação da Escola Nacional de Espeleologia. O planalto é o centro nacional espeleológico do País, e é isto que nos diferencia. Salientou ainda que as Grutas de Mira de Aire, tem sido fantástico a explorar este nicho de mercado e é o que tem trazido cá pessoas. No orçamento da Câmara não viu nada escrito para além da Escola Nacional de Espeleologia, com a qual fica muito contente, mas parece-lhe manifestamente pouco. Apenas as obras, não vão trazer as pessoas, nem fixá-las, nem trazer riqueza. Outra questão que queria realçar, são os acessos ao planalto. O acesso ao planalto, é feito maioritariamente pela estrada que liga a Serra de Santo Antonio ao concelho, seja, Serra de Santo Antonio/S. Bento, seja Serra de Santo Antonio/Alvados. É a via privilegiada, até porque, mensalmente, passam lá centenas de pessoas por via da Quinta da Aldeia que trás mensalmente centenas de pessoas a S. Bento, sendo por aquela entrada que passam, e que nem de perto nem de longe está nas melhores condições, sendo a imagem que se passa lá para fora e tem que se pensar que se se querem trazer as pessoas temos que lavar a cara

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para as ter cá. Continuou dizendo, e referindo-se às palavras de Félix Reis, que já não acontece o "pedinchar" dos Presidentes de Junta à Câmara Municipal, mas isso ainda acontece por parte das associações. E isto ficou bem patente, até em resposta à Dr<sup>a</sup> Olga quando falava da juventude sentir que estava a ser ouvida, e o parecer da Conselho Municipal da Juventude em relação ao orçamento, foi um parecer positivo com condicionantes, que eram, maior apoio ao associativismo juvenil, e maior incentivo à fixação de jovens, porque os jovens sentem que não há incentivos para se fixarem no concelho.-----

-----A senhora Presidente passou a ler o parecer do Conselho Municipal da Juventude acima mencionado:-----

-----"Aos dezasseis dias do mês de novembro de 2018, reuniu o Conselho Municipal de Juventude do concelho de Porto de Mós, que de acordo com as alínea a) e b) do n<sup>o</sup> 1 do artigo 7<sup>o</sup> da Lei 6/2012, de 10 de fevereiro, e em articulação com o artigo 8<sup>o</sup> do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Porto de Mós, deu parecer aos documentos apresentados pela Câmara Municipal de Porto de Mós, referente às linhas de orientação geral da política municipal para a juventude, constantes do plano anual de atividades e dotações afetas às mesmas ou às políticas setoriais conexas, constantes do orçamento municipal de 2019, nos seguintes termos: parecer favorável, mas condicionado a que num futuro orçamento se promova o associativismo jovem, se foque num maior incentivo à fixação de jovens no concelho e por fim, alargar o orçamento participativo, a participações jovens a partir dos treze anos de idade."-----

-----**Samuel Costa** continuou dizendo que uma das condicionantes que não consta do parecer mas que foi levantada e discutida pelos presentes, foi que faltavam atividades direcionadas aos jovens com a faixa etária, dos 16 aos 30 anos.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Iniciou a sua intervenção dizendo que se está aqui a apreciar o segundo orçamento deste executivo, e que por circunstâncias da lei, este, até ao momento, ainda não apresentou nenhuma contas suas. Quando se tem um conhecimento das contas ou quando se sabe o histórico do grau de execução dos orçamentos é mais fácil ter-se a noção e analisarem-se os orçamentos. Neste caso, como não há contas, nem há histórico, vai-se lendo o orçamento que foi apresentado, ficando-se com a ideia de que se está perante um orçamento que está muito mais bem concebido do que o orçamento do ano passado. Passando a analisar, disse que as receitas correntes, aumentam com este orçamento, 2,77%, e não 1,62% como está na página 14, chamando a atenção para o erro do relatório. As receitas de capital, diminuem, 2,73%. Em contrapartida, as despesas correntes diminuem 1,28% e as despesas de capital, aumentam 7,4%. Ora, isto é um sinal, independentemente dos valores não serem muito altos, de que o executivo está aqui a criar um orçamento mais de investimento do que propriamente de despesa corrente, que foi aquilo, que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pensa que se passou, pois ainda não tem as contas, em 2018. Assim, parte do princípio que se está perante um orçamento mais bem concebido e de mais interesse para o concelho de Porto de Mós. É um orçamento, que como os outros, tem os seus defeitos, mas também tem as suas virtudes, independentemente de não ser o seu orçamento, pois não seriam estas rubricas que iriam conceber ou pôr em prática, reconhecendo no entanto, que nestas também há algo de interessante, porque há muitas coisas que são feitas com base no investimento. Especificando, referiu que um dos grandes anseios da população de Porto de Mós é que o concelho seja servido com mais saneamento, sendo com alguma tristeza, que constata que a rubrica de saneamento diminuiu em comparação com o ano transato. Seria suposto que o saneamento aumentaria de ano para ano até se atingir um determinado equilíbrio ao nível do concelho, pelo que constitui alguma estranheza que o executivo tenha, desde logo, diminuído essas verbas relativamente ao saneamento. Por outro lado, na verba afeta ao turismo, aí, verifica-se que de um ano para o outro, há um acréscimo de seiscentos mil euros, com um custo de um milhão cento e vinte e um mil euros. É evidente que é este um dos grandes objetivos deste executivo e deste orçamento, não estando esta bancada contra isso, até porque naquele valor de um milhão cento e um mil euros está previsto investimento. O que lhe causa estranheza é que existe capacidade para aumentar a rubrica do turismo, mas relativamente às condições básicas dos habitantes de Porto de Mós, essas baixam. Quanto aos números, disse não valer a pena falar. Quanto a orçamentos empolados, também não vale a pena falar porque toda a gente empola os orçamentos. Apesar disso gostaria apenas de deixar duas notas. Por aquilo que o executivo diz, nas receitas de capital, imputou um milhão de euros, do exercício que vem de 2018, no que fez muito bem. Mais do que isso, pôs dois milhões e vinte mil euros em financiamento não definido, voltando a dizer que estes dois milhões e vinte mil euros também são do saldo da gerência de 2018. O que dá a sensação, é que, de 2018 para 2019, hão-de ser transferidos mais de três milhões de euros. Verifica-se ainda, que, perante estes números, se está perante um orçamento muito ambicioso. Este executivo, leva o maior orçamento até hoje, do concelho de Porto de Mós, mas após análise, conclui-se que é um orçamento ambicioso, é um orçamento muito trabalhoso, estando o próprio executivo a criar trabalho para ele próprio, para conseguir levar por diante este orçamento, o que considera um facto positivo. Concluiu, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, a quem disse que se daqui a um ano e alguns meses, quando for a aprovação das contas, será o primeiro a dar-lhe os parabéns se este orçamento for executado.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra, passou a ler a seguinte intervenção:-----

-----*“Foi muito recentemente aprovado o orçamento de estado que tem um aumento exponencial da carga fiscal, e bem assim dos impostos indiretos. Por outro lado o investimento público diminui apesar de ser anunciado uma retoma da economia. A saúde colapsou, na*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

educação há um desinvestimento, a justiça está em falência. Na rua surgem descontentamentos, manifestações e greves, e não se vislumbra uma estratégia a médio/longo prazo para o país. A geringonça tornou-se isso mesmo, uma geringonça, aplaude quando lhe dá jeito e critica quando convém.-----

-----Senhor Presidente, o senhor e o seu executivo, não foi na onda. Resistiu e tomou um rumo diferente, e apresenta hoje aqui um orçamento realista, tem uma previsão de aumento de receita para o município de 7,28%, contudo, diminui a carga fiscal dos munícipes, ao devolver parcialmente o IRS, ao definir taxa de IMI Familiar e ao manter a taxa de IMI no mínimo, etc, etc.-----

-----Aumenta os apoios sociais em valor e qualidade. Só este ano, o primeiro ano, patrocinou quarenta e cinco bolsas de estudo, quase o dobro da vizinha Alcobaça, município que possui um orçamento superior ao dobro do nosso orçamento, e que possui metade das bolsas de estudo que são patrocinadas por este município.-----

-----Senhor Presidente, muitas vezes uma bolsa de estudo para um estudante, faz a diferença entre conseguir tirar um curso superior, ou não o tirar. Afinal, é possível dar os apoios sociais, e reforçá-los e ao mesmo tempo, fazer obras. Este executivo social-democrata, sabe o que quer e para onde vai. Tem uma linha de orientação, daí a sua aposta clara e inequívoca nas pessoas e no desenvolvimento económico e social do concelho. Elege como pilar estruturante a cultura e o turismo, mas não descarta a educação, a saúde, a ação social, o ordenamento do território, o saneamento, o abastecimento de água, a proteção, o meio ambiente e a conservação da natureza. Com a política que pratica, dinamiza o comércio, atraindo pessoas e investimento privado, criando riqueza para o concelho.-----

-----Porto de Mós está mais próximo e cada vez mais tem o seu lugar no mapa. É enorme a diferença entre o que se fez no passado e o que se faz no presente, e projeta para o futuro. Quem disser que Porto de Mós, não está diferente para melhor, só o faz, por mera politiquice. -----

-----A par de tudo isto, mantem o equilíbrio orçamental, pois vir dizer para fora que as contas correm risco, é pura demagogia. Não falo de números, isso deixo para os especialistas na matéria. Mas falo de valores, de respeito, de justiça social, de liberdade, de igualdade, de transparência, de solidariedade, cooperação. Todos estes estão plasmados nas grandes opções e no orçamento. Mas não resisto a dizer que na rubrica do turismo, passar de cinco mil euros, como aconteceu no passado, para mais de um milhão de euros, é dizer que este executivo tem um projeto para o desenvolvimento para o nosso concelho. Mas é também dizer que a sua gestão não é exclusivamente baseada em exercícios contabilísticos, assente assim, numa política com visão para o futuro, e é aqui que reside a grande diferença, entre um executor e um político. Uma nota especial às transferências para as Juntas de Freguesia, que já o ano passado existiu um exponencial aumento, mas este ano, foi ainda superado. Apraz-me registar que nunca em mandato algum, foi transferido valor tão elevado como o que está previsto neste orçamento. É fruto de um diálogo profícuo, entre os agentes políticos, os senhores Presidente de Junta, e o executivo, onde foi tido

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*em conta a equidade. Hoje é um tempo novo. A discriminação negativa nas Juntas não existe, são todas tratadas com a justiça e o respeito que elas merecem e os munícipes que representam. Afinal, o concelho é um só. Pode-se afirmar que conseguiram o que há muito reivindicavam. Claro que possivelmente ainda queriam mais, pois o ser humano é insatisfeito por natureza. Mas é um facto, nunca lhes foi transferido tanto valor. É caso para se dizer, afinal, não são só festas. São festas, atividades, obras e ação social. Terminei dizendo o seguinte: este orçamento faz jus ao que Francisco Sá Carneiro disse: «O Homem é a nossa medida, a nossa regra absoluta, o nosso início, a nossa meta». Disse.»-----*

### -----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que iria começar por manifestar a sua concordância com o senhor deputado Luís Almeida quando este afirmou tratar-se de um orçamento ambicioso. Disse depois que tem pena que a execução deste orçamento não continua na mesma linha que têm sido as execuções dos anos anteriores. Continuou referindo que o orçamento em 2015 teve um desvio de 5%, em 2016, 5%, em 2017, 4%, e em 2018, perspectiva-se aqui, até final do ano 4%. O que significa que não se está muito desfasado do que ocorria anteriormente, sendo certo que, quando se tiverem as contas se verá se isto se confirma ou não.-----

-----Prosseguiu dizendo que, num executivo que é acusado de festas e mais festas, também aqui, e comparando orçamentos, em 2017 o executivo anterior conseguiu transformar receitas de capital de quatro milhões em sete milhões. Em 2018, dois milhões e meio de receitas correntes para de capital. E agora na mesma linha, com três milhões. Portanto, isto quer dizer que o dinheiro não é só para festas, pois está a ir buscar valores das receitas correntes para as alocar em receitas de capital, sendo que as festas são englobadas nas despesas correntes.-----

-----Em relação ao saneamento, referiu que nos executivos anteriores, o senhor Presidente da Câmara disse na altura, que até 2015 o concelho teria que estar dotado com determinada percentagem estando previstas multas para os concelhos infratores. Sem embargo de serem essas as orientações do estado nessa altura, efetivamente não foi isso que aconteceu. Passou depois a fazer uma análise comparativa entre os orçamentos dos últimos anos, referindo que em 2014 a verba prevista para saneamento era do montante de um milhão e trezentos mil euros, em 2015, um milhão e trezentos mil, em 2016, novecentos e quarenta e cinco mil, em 2017, um milhão e quatrocentos mil, em 2018, um milhão e meio e para 2019, temos um milhão e trezentos mil. Assim conclui-se que efetivamente o orçamento para o ano de 2019 prevê uma verba para saneamento inferior ao do ano passado, sendo certo que o do ano passado era superior ao do ano anterior. Continuou dizendo que esta situação, pode ter a ver com o facto de o executivo ter de ir à procura de fundos comunitários para concretizar toda a parte do saneamento que falta realizar.-----

-----Prosseguiu dizendo que, há pouco o senhor Presidente da Câmara referiu a questão do concurso da Central Termoelétrica. Disse depois que ele próprio fez aqui alusão nesta Assembleia

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal, que o executivo à data, aquando do lançamento do concurso, podia ter feito a seleção dos empreiteiros, tendo-lhe sido dito que isso não era possível. Afinal era possível e a prova final é que o atual executivo, hoje está a fazer isso. Disse depois concordar que o atual executivo dê continuidade áquilo que vem do anterior, porque 85% numa obra daquelas, faz todo o sentido que se vá buscar. Só que o problema é que são 85% de um milhão e oitocentos, e na altura a Câmara iria gastar trezentos ou quatrocentos mil euros e agora vai gastar um milhão e quatrocentos, pelo que a autarquia vai ter aqui algum prejuízo, fruto de alguma pressa ou de alguma coisa que foi feita menos bem.-----

-----Referiu-se depois à ALE e Zona Industrial, com todo o mérito para os executivos anteriores, devendo todos orgulharem-se da zona industrial de Porto de Mos, e salientando que hoje poucos são os empresários que não gostariam de ter a sua empresa nesta Zona Industrial. A propósito do que o senhor Presidente da Câmara disse, referiu que em orçamento, para a ALE estão afetos três milhões e cem mil euros, sendo que a projeção orçamental para 2020 são de dois milhões e meio, isso significa que durante o ano de 2019, apenas se vai ter papelada e legalização, perguntando se está a interpretar bem ou não e pedindo esse esclarecimento ao senhor Presidente.-----

-----O senhor Presidente da Câmara, passou a prestar as explicações solicitadas pelos anteriores intervenientes, começando a responder ao senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, Filipe Batista**, dizendo que se trata de coisas diferentes, o CMA e Corpos de Bombeiros. A partir do espaço que existia, foi criado o Centro Municipal de Proteção Civil e ali residem os sapadores florestais, bem como os GIPS da GNR e no verão, como foi referido, também a equipa do meio aéreo. O nosso objetivo, e por isso é que está inscrita uma pequena verba para a aquisição de terreno, é que eventualmente possa abrir um aviso, no sentido de ampliar de uma forma substancial, para se poder ter ali uma escola de formação em fogo. Um projeto que é ambicionado pela Escola Nacional de Bombeiros e é sobretudo apadrinhado quer pelo Ministério da Administração Interna, quer sobretudo pela Escola Superior Agrária que tem interesse na nossa região, pelas características que esta tem para fazer este tipo de exercício, que resulta na, talvez melhor prevenção que existe, aos fogos florestais. Continuou dizendo que os bombeiros têm uma filosofia diferente, o socorro, e se eventualmente avançar a legislação que tem associada algumas alterações a este regime de proteção civil, ainda mais significado tem a independência dos bombeiros para o socorro das populações. Relativamente à desertificação disse ser essa uma das suas preocupações tendo vindo a tentar fazer algumas coisas no sentido de a evitar. Disse que não nos podemos esquecer, que nos últimos quatro anos, perdemos cerca de quatrocentas pessoas. Poder-se-á pensar que quatrocentas pessoas não é muito, mas disse que não está a falar dos óbitos. Está a falar de quatrocentas pessoas na sua maioria jovens, que vão para outros sítios. Disse que já se fizeram algumas coisas que espera que resultem a médio prazo, tendo trazido para Porto de Mós, uma forma diferente de ensino, através do profissional, a funcionar em contexto de unidade

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

industrial, através de protocolos com três ou quatro empresas do concelho que estão bastante contentes com a experiência, para além da recetividade que tiveram. Existem sete cursos nas áreas tecnológicas, adaptadas àquela que é a oferta do nosso concelho, e de facto, esta é uma forma, também, de trazer pessoas. Com esta possibilidade, de termos aqui esta oferta profissional, inverteu-se a perda de alunos. Este ano, no profissional, existem mais setenta alunos de fora do concelho. A par disto, foram criadas melhores condições fiscais por se entender que um concelho que diferencia também na fiscalidade é um concelho que pode ser, com mais facilidade, opção para se viver. Existe depois um conjunto de atividades em volta, que por si são estimulantes a trazer para cá pessoas. Continuou dizendo que, neste momento no concelho vive-se uma situação de pleno emprego, ou seja há uma percentagem de desempregados abaixo de 3%. A oferta de trabalho é substancialmente superior à procura, ao ponto de algumas empresas do concelho estarem a recrutar fora.-----

-----Relativamente às escolas, disse que enquanto puder lutar, não permitirá que se encerrem escolas no concelho, pois enquanto estas existirem, continuará a haver um estímulo para a população mais jovem se continuar a fixar nas suas terras de origem, onde a qualidade de vida é substancialmente melhor do que nos grandes centros urbanos.-----

-----Quanto à substituição de condutas, disse estarem a ser feitas da forma como foram programadas, algumas delas em Alqueidão da Serra e também parte do saneamento nesta freguesia. A sua estratégia tem que ver com os fechos de malhas, pois isso é condição hoje nas agregações e se continuar a haver pontos aqui e acolá em que isso não aconteça, pode levar a que alguma das candidaturas, não obtenham a majoração necessária para poder fazer tudo. Este princípio que se está a adotar é o necessário também para a população.-----

-----Em relação à instalação de empresas, disse que já teve uma primeira conversa com o Parque Natural, e que a situação em Alqueidão da Serra não é uma coisa simples. É necessário identificar os terrenos que estão pensados, para definitivamente falar com as instituições e perceber se vale ou não a pena avançar. No dia em que houver condições para se poder avançar, certamente que se avançará, sendo um compromisso que assume com a Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra.-----

-----Relativamente à intervenção do deputado **Félix dos Reis**, disse agradecer as suas palavras e salientou a importância da partilha e do trabalho em rede, sendo inquestionável que os senhores Presidentes de Junta são desde o primeiro momento os seus parceiros, que lidam todos os dias com a sua população e que têm sensibilidade para as questões fundamentais. Continuou dizendo que a britadeira é um projeto do vereador Rui Marto, mas é uma ambição do Vice-Presidente, fazer uma implosão, tendo-se escolhido a pedreira de Alqueidão da Serra, que é património da Junta de Freguesia e que esta quer doar para implodir. A Direção Geral do Património já cá veio duas vezes, tendo identificado alguns problemas que a Calçada Romana tem, sendo vontade do executivo requalificar aquele espaço, onde existe hoje a pedreira e a envolvente, e transformá-lo em algo

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que seja agradável e entre nesta rede de turismo cultural, com a qualidade que aquele troço de estrada romana, merece.-----

-----Ao senhor deputado **Samuel Costa** disse que de facto este processo da Calçada à Portuguesa, foi, como bem sabem, iniciado pela Câmara Municipal de Lisboa em conjunto com a Assimagra, não tendo Porto de Mós, numa fase inicial, entrado no processo. Posteriormente, achando que era legítimo estar neste processo de candidatura, Porto de Mós foi ao encontro dele, tendo-o apanhado já em andamento. No entanto, disse que não está fora de vista, a questão dos muros de pedra seca. Tem havido uma vez por mês reuniões entre os sete Presidentes de Câmara do Parque Natural, tendo-se retomado a dinâmica da ADSAICA, havendo o projeto de requalificação da Pedreira do Galinha, dos geossítios, nomeadamente da Praia Jurássica, e também Vale de Meios, fazendo um projeto em rede para valorizar os geossítios do Parque Natural. A par destas conversas, a senhora Presidente da Câmara de Alcanena, na última reunião, lançou o desafio de chamar algumas pessoas que há uns anos atrás, pegaram neste processo de tentar valorizar os muros de pedra solta. Trata-se de um projeto muito embrionário, que no entanto, tem a mais-valia de ter envolvidos, sete municípios. -----

-----No que se refere ao turismo, disse que quando se fala de turismo de natureza, não se pretende limpar as pessoas de cá, pois o melhor património que se pode ter, são as pessoas e sobretudo os contributos que dão para este território. Aliás, o Instituto Politécnico de Leiria, o trabalho de campo que está a fazer, é exatamente a ouvir pessoas. O Politécnico de Leiria, no projeto de turismo sustentável, uma das coisas de que fala, é no turismo industrial. E o turismo industrial também tem o seu potencial, no âmbito daquilo que é sustentável para o concelho de Porto de Mós. Quando se olha para um projeto com amplitude concelhia, naturalmente que não se pode apenas falar no planalto, tendo que se falar no concelho no seu todo.-----

-----Relativamente ao NEL, é inquestionável a valia, estando em curso um projeto muito interessante e que por si já era valioso, porque existem mil e quinhentas grutas e algares identificadas no território do Parque Natural, que não são todas no concelho de Porto de Mós. Aqui, neste concelho, está a trabalhar a Federação, que se irá instalar na escola do Casal Duro, estando o NEL há vários anos na escola da Chainça e a SPE que tem estado a trabalhar em Mira de Aire, a fazer exploração. Este projeto tem muito mais que espeleologia, contando com espeleologia inclusiva para pessoas com mobilidade reduzida e já foi identificado um algar para que seja feito um investimento, a formação em escola, específica para espeleologia, mas o que se pretende não é massificar a espeleologia, é dar a conhecer o território do concelho e a valia e a importância que tem o aquífero do maciço estremenho. Portanto este projeto vai entroncar naquele que é o propósito do executivo em relação ao turismo, salientando o sucesso que o NEL tem vindo a alcançar em S. Bento com os carros à vela, sendo uma forma diferente de envolver a população. Falou depois no projeto SUDOE, um projeto ibérico que foi abraçado pelo município e que tem a ver com a proteção civil, pretendendo-se constituir rebanhos para as faixas primárias. Este projeto

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

será participado, tendo aqui associado uma universidade espanhola e uma portuguesa e o grande objetivo deste projeto tem também a vertente turística, nomeadamente para desenvolver a oferta ao nível de produtos endógenos.-----

-----Referiu depois que o acesso ao planalto está a ser feito, mas está a dar-se prioridade às pessoas que vivem cá, que trabalham cá, aos que cá ganham dinheiro e dão a ganhar. Do outro lado, aos turistas, foi o preço que foi feito e é a prioridade que foi definida, não se podendo fazer tudo de uma vez, pois como se sabe, o planalto há vinte anos que não tem alcatrão. Está a ser feito um investimento muito significativo entre Serro Ventoso e S. Bento, tendo já sido feito investimento de alguma dimensão na freguesia de S. Bento, precisamente porque também não tinha alcatrão, como também se sabe. São situações que se vão fazendo, começando por fazer abastecimento de água, como há pouco referiu, e a seguir, aquelas gentes, vão ter as ruas alcatroadas. Isso para si, é prioritário, não dizendo que não seja muito importante o resto, mas depois, há todo um concelho, a precisar de algum investimento nesta área.-----

-----Relativamente às associações, disse que leu atentamente o documento que saiu do Conselho Municipal da Juventude, tendo ficado preocupado com algumas das situações que ali apareceram, não sabendo neste momento se será exequível alargar o orçamento participativo a jovens com menos de 16 anos. Quanto à questão do maior apoio à fixação, disse que este ano, ainda foi estudada a possibilidade de fazer aqui algumas alterações, nomeadamente no que diz respeito ao arrendamento jovem, e vai-se estudar para o próximo orçamento a diferenciação ao apoio do associativismo jovem. Esta é uma questão que precisa que sejam definidos critérios e isso tem de ser feito em sede de Conselho Municipal de Juventude, porque não faz sentido, sair do executivo um critério que não seja aquele com que os principais atores se identifiquem.-----

-----Quanto à intervenção de **Luís Almeida**, disse que relativamente ao saneamento, há uma redução de cento e noventa mil euros, mas não nos podemos esquecer que este ano, fica concluído o saneamento básico de Mira de Aire e que neste espaço temporal já custou mais de quinhentos mil euros. O saneamento vai continuar a ser feito com apoio comunitário. Neste momento não há fundos comunitários para satisfazer do lado da receita, mas ainda assim, foram aqui colocadas verbas significativas para avançar com as obras, e se eventualmente for aberto um aviso POSEUR para lançar a totalidade da obra que vai de Cumeira até S. Jorge, isso irá ser feito, porque essa é uma oportunidade única, para que o município de Porto de Mós, continue desagregado, como se pretende. De outra forma, ou seja agregados, e termos obras de saneamento feitas, é entregar a exploração de águas e saneamento às Águas do Centro Litoral. O município não está interessado nisso, porque havendo bons e maus exemplos, em qualquer das circunstâncias é correr riscos. Porto de Mós, enquanto tiver qualidade da água e capacidade para comparar água à EPAL como estamos a comprar, vai continuar a fazer a sua gestão autonomamente, pese embora os custos que isso acarreta, pois assim continua-se a saber o que é que se tem de fazer, que água é que se está a fornecer, e sobretudo, continuamos a ser nós a gerir

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o preço da nossa água, o que é muito importante. Nesta questão do saneamento, disse que queria que ficasse registado a continuação do investimento, e na diferença, temos aqui cerca de trezentos mil euros, relativamente àquilo que é o nosso propósito de investimento, nomeadamente para a Boeira, que está a avançar, como disse, e este projeto da Boeira é autónomo do restante, indo parte para a ETAR de Pedreiras e o restante para a ETAR de Coimbrão. No que diz respeito à água, disse que a verba não baixou havendo um reforço de mais cento e vinte mil euros nesta rubrica.-----

-----O Orçamento, como disse, é uma estratégia, não lhe ficando muito bem levantar a falta de contas para apresentar, porque o executivo apresenta sempre contas, apesar de não serem contas finais. Continuou dizendo que, a 31 de outubro de 2018 temos menos um milhão, trezentos e cinquenta e nove mil euros de dívida, do que tínhamos quando recebemos a Câmara, e temos na conta bancária mais quatrocentos mil euros do que tínhamos, quando recebemos a Câmara. Quando recebemos a Câmara, com menos quatrocentos mil euros, ainda tivemos que pagar um milhão e quatrocentos mil euros, de obras que foram feitas, como bem sabem, não pondo em causa a valia das obras, mas tiveram que ser pagas. Neste momento, estamos a gerir as obras que temos, tendo comprometidos, em termos de capital, quatro milhões trezentos e vinte e cinco mil euros, a 31 de outubro. Salientou ainda o peso que tem o processo da Central Termoelétrica que tem alocadas cerca de 25% das despesas de capital. Não foram recebidos os fundos comunitários respetivos porque não se fez obra, porque não foi lançado o concurso, e porque não foi possível lançá-lo. Esta foi uma questão que foi acautelada e gerida, dentro do executivo com a parcimónia que este processo merecia e a preocupação que ele tem. Concordou com Luís Almeida quando ele disse que se trata de um orçamento muito ambicioso. Dá trabalho, que é o que têm estado a fazer e vão continuar.-----

-----Relativamente à senhora deputada **Olga Silvestre**, disse ter feito aqui um conjunto de referências, que, não se querendo alongar muito, de facto são diferenciadoras, sobretudo o IMI Familiar, a redução do IRS em 1%, com a ambição de continuar a podermos reduzir, o IMI na taxa mínima, dizendo que tudo isto feito, é naturalmente compensado com uma gestão adequada, rigorosa e que não ponha em causa o equilíbrio das contas, como acabou de referir há pouco.-----

-----Continuou dizendo que queria deixar aqui uma nota, porque não lhe parece muito bem, e porque todos têm uma história, pessoal e política, e todos têm referências, não conseguindo perceber porque é que a bancada ou parte dela, dá uma gargalhada cada vez que Olga Silvestre faz referência a máximas que são de vida e constituem referências para todos nós. O que ela disse, que dizia Sá Carneiro, é algo de importante e que deve ser interiorizado, sobretudo para quem não anda aqui a fazer politiquice, não lhe tendo parecido bem as gargalhadas.-----

-----A **Antonio Pires**, disse que, sobre o saneamento, a explicação já a deu. Quanto à questão da Central Termoelétrica tem exatamente a ver com esta questão da prévia qualificação, tornando-se o procedimento mais lento. Aproveitou para dizer que será contratada fiscalização

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

externa para acompanhar aquela obra e que são novecentos e cinco mil euros a diferença entre o valor base e aquilo que o município vai ter que suportar e portanto deixam de ser fundos comunitários de 85% para um milhão, novecentos e noventa e cinco e passam a ser para dois milhões e seiscentos mil, o que significa que dos cofres do município, vão ter de sair novecentos e cinco mil euros, mas a obra vai-se fazer.-----

-----Relativamente à ALE, disse poder mostrar todo o cronograma, mas há aqui uma coisa que é mais do que evidente, e não se pode fugir a ela. Há uma candidatura aprovada. A candidatura não tem a incidência de fundos comunitários, como tem uma candidatura normal, porque os terrenos vão ser vendidos. A candidatura só incide sobre um determinado valor. É o possível, foi a candidatura que se fez e não se podia fazer diferente. No entanto há algo a que não se pode fugir, fazendo-se por vezes alguma demagogia com isto: a aprovação do Centro 2020, diz "Condicionantes: foi efetuado um pedido aos serviços da Divisão de Avaliação Ambiental da CCDR que após análise e alegações do Município de Porto de Mós, verificou-se que em relação à área de Localização Empresarial de Porto de Mós, 1ª fase, o Município tem de desencadear o procedimento de AIA (Avaliação de Impacto Ambiental) através da apresentação da Declaração de Impacto Ambiental." Tendo ele próprio dito na CCDR que está em curso um Plano de Pormenor que tem uma Declaração de Impacto Ambiental Estratégica, foi-lhe dito que esta não serve para este efeito, pois são coisas diferentes. Como a ampliação tem mais de vinte hectares tem de fazer essa avaliação para todo o espaço, porque até agora não havia sido feito. É isto que tem condicionado de alguma forma o desenvolvimento do projeto da ALE de Porto de Mós. A ALE de Porto de Mós, tem previstos quinhentos mil euros para isto, estando neste momento em fase de aquisição de terrenos e se se conseguir antecipar o lançamento do projeto e colocar em obra este ano de 2019, com certeza que a mesma avançará. Não vale é a pena estar a alocar recursos a algo que sinceramente não tem a certeza se vai avançar. -----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra, disse que relativamente ao Orçamento, não iria falar de números, mas este Orçamento enquanto instrumento político que é, merece alguma apreciação. Luís Almeida já o disse, é um orçamento ambicioso, e o senhor Presidente também já o confirmou. Este, na verdade é o primeiro orçamento elaborado com a chancela deste executivo, na sua plenitude, e portanto já traça aqui algumas linhas. Mas quanto a si, e fazendo um pouco eco das palavras de Samuel Costa, embora o Orçamento seja ambicioso em muitos planos, no que toca à estratégia, disse pensar que podia ter ido mais longe, não se vislumbrando nalgumas partes deste orçamento, uma articulação, que seria desejável, e que possivelmente, em anos futuros, surgirá. Porto de Mós, como é sabido, tem um problema, porque sendo um concelho do centro do país, do centro litoral, no entanto, sofre de um problema de interioridade quase tão grande como alguns concelhos do verdadeiro interior, o que é estranho. Estamos ainda numa situação, como disse o senhor Presidente

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Câmara, de pleno emprego, o que sendo bom, torna a situação complicada em termos de fixação de mais pessoas e é aí que as grandes linhas do Orçamento, na sua perspetiva, não traçam um caminho fiável no que respeita à fixação de pessoas. O senhor Presidente já falou que foram tomadas medidas relativamente à educação que se aplaudem sempre, mas há problemas no concelho no que toca à habitação, sendo o mercado de arrendamento no concelho, uma raridade, não se vislumbrando neste orçamento uma linha orientadora no que toca a um maior incentivo ao desenvolvimento desta atividade económica que é a construção habitacional. É certo que estão a ser desenvolvidos planos, nomeadamente está já em estudo a ARU de Mira de Aire, que é um instrumento que pode facilitar este problema, mas em Porto de Mós, Juncal, Pedreiras há um problema real no que toca a habitação. Por outro lado, o concelho está a perder serviços públicos. Disse lembrar-se que no ano passado numa pequena reunião com o senhor Presidente da Câmara, em início de mandato, se equacionar por exemplo, a implementação em Porto de Mós, de serviços alargados, no que toca, por exemplo, a uma Loja do Cidadão. Sabe-se que hoje, a concorrência no que toca aos serviços públicos, é também um fator de fixação. Perdemos, por via de uma reforma judicial, um tribunal, que hoje está reduzido a situações residuais, e portanto, tudo isto leva a que não se fixem pessoas aqui e não apenas todas as outras atividades económicas, nomeadamente a indústria e o setor do comércio, mas também os serviços públicos. E serviços públicos de qualidade, porque embora aqui ao lado, a Batalha tenha fixado uma Loja do Cidadão, não a fixou com qualidade. Disse ainda não saber até que ponto, não será de equacionar, com muita rapidez, e já esperava ver isso neste Orçamento, qualquer coisa deste género. Ainda em relação a este Orçamento também, disse haver um forte investimento no Turismo, alargando-se este à componente cultural. Como disse Samuel Costa, o Turismo em Porto de Mós tem muita ligação à vertente cultural, não sendo só um turismo de natureza. No entanto, não pode deixar de notar esta questão da Central Termoelétrica, pois na parte explicativa deste orçamento coloca-se aqui um pequeno entrave por via da Central Termoelétrica. É certo que é um grande investimento, mas muitas vezes, de algumas dificuldades, que alguns projetos possam trazer, devem-se agarrar oportunidades, e o senhor Presidente falou aí de uma coisa que desconhecia, e que era de que o estudo levado a cabo pelo IPL, relativamente ao turismo sustentado, fala de uma coisa chamada turismo industrial. Ora a Central Termoelétrica, do seu ponto de vista, deve ser vista como um investimento muito mais lato do que apenas aquele edifício. Muitos talvez se recordarão, mas ainda há 2 ou 3 anos, fizeram-se umas jornadas em Porto de Mós, infelizmente com pouquíssima participação, chamadas Jornadas do Carvão, donde se explanava um património riquíssimo a nível industrial e toda esta cultura ligada à mineração que tivemos em Porto de Mós, havendo ainda hoje traços disso aproveitados para a ecopista e entrada das minas. Esta oportunidade e a recuperação do edifício da Central, deve ser pensada de uma forma mais alargada. Depois, ainda neste Orçamento, disse que vê aqui uma medida que, quando começou a ler, pensou que tinha um alcance maior, e que diz respeito à proteção do meio ambiente e natureza. Há um incremento

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

muito grande na verba, mas quando leu a nota explicativa, ficou a parecer-lhe que o aumento da verba se resume basicamente ao projeto do centro de recolha de animais de estimação, ou pelo menos o grosso dessa verba. Continuou dizendo que pensa que nesta parte de proteção de meio ambiente e natureza como também a proteção civil e ordenamento de território, deveria haver neste orçamento uma especial atenção, tendo o senhor Presidente já falado num projeto a que a Câmara se associou com uma universidade espanhola, o SUDOE, à atividade económica primária que é a agricultura, não havendo aqui nenhuma referencia a não ser esta, de investimento nesta área e essa área não só se insere num alargamento e melhoramento do meio ambiente, como também na parte de ordenamento do território, como ainda também na parte da proteção civil. Como se sabe se houver uma verdadeira política para o minifúndio, que é aquilo que existe no concelho, não só se valorizam os produtos autóctones, como se está a contribuir de sobremaneira para a não desertificação de alguns sítios, mas também, para o planeamento de um território equilibrado, e ainda para a proteção civil, e a prova disso é que existe este projeto para esse desiderato. Apesar de ambicioso nalgumas matérias, disse, que o que lhe parece é que este orçamento, não traça ainda uma linha totalmente definida e coerente de desenvolvimento no que toca à fixação de pessoas, que como disse é uma preocupação, no entanto, vai aguardar pela execução do mesmo, dando-lhe naturalmente, o benefício da dúvida.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Começando a usar da palavra passou a dizer que *"se está hoje a apreciar o novo Orçamento e o segundo apresentado por este executivo no decurso deste mandato. Este é sempre o documento estratégico mais importante do executivo. É este que define o rumo e o direcionamento que os executivos pretendem implementar no concelho de acordo com as suas preferências políticas e compromissos assumidos com o eleitorado, proporcionando um desenvolvimento no concelho, de forma sustentada e com sentido de responsabilidade. O primeiro documento que nos foi apresentado e votado por esta Assembleia em 2018, foi um documento apresentado por este executivo escolhendo já algumas das suas linhas orientadoras. Mesmo assim teve de respeitar e cingir-se um pouco a alguns investimentos e compromissos assumidos e em curso, do executivo anterior. Este segundo documento para 2019, está elaborado de acordo com o seu compromisso com as pessoas. Revela grande visão, sentido de responsabilidade e muita determinação para proporcionar um concelho mais próspero e amigo das pessoas. Um concelho mais solidário, mais desenvolvido, mais interessante e atraente. Em análise, podemos considerar um documento muito bem elaborado, com grande transparência e muito objetivo. Como é sabido, este executivo, pretende dar um grande ênfase na promoção da marca Porto de Mós, por isso está a fazer uma grande aposta no turismo e na cultura alocando a estas rubricas cerca de 17% do total deste orçamento, sendo certo que cerca de 10%, são absorvidos pela Central Termoelétrica, contrastando bem com o desinteresse e falta de investimento dos executivos anteriores que*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consideravam estas áreas como de pouca relevância, como exemplo, o ano de 2017 foi alocado 9% do seu orçamento, incluindo o investimento na Central, em 2016, 5% e em 2015, apenas 2,5% e assim sucessivamente. Também é importante e essencial, proporcionar as boas condições aos municípios e muni-los com aquilo que consideramos essencial, melhorando a sua qualidade de vida, com infraestruturas, educação, saúde, ação social, etc. Estas áreas foram prioridades de executivos anteriores, compreende-se, mas também este executivo, não deixa estas áreas ao acaso. Tem previstos investimentos significativos, desde manutenção de infraestruturas existentes, indústria e energia, proteção civil, desporto e lazer, rede viária, ação social, educação, saúde e outras, na ordem dos cinco milhões de euros, que corresponde a mais de 23% do total deste orçamento. Para os mais céticos e porque se esquecem por vezes dos seus compromissos no passado, que fizeram e que ficaram por cumprir, como o saneamento que há doze anos atrás era uma verdadeira prioridade e porque tinha que atingir os 90% de cobertura num curto espaço de tempo, por imposição da União Europeia, como sabemos, ficou muito aquém. Foi atingido 50% dessa meta e desses 50%, apenas metade dos municípios se ligaram à rede. Nos últimos cinco anos, foram mantidos os mesmos valores de investimento na rubrica saneamento, em 2019, agora que está praticamente concluído o investimento desta fase em Mira de Aire, mantem-se os mesmos valores. Não vai haver desinvestimento por parte deste executivo, sabemos que ainda há muito para percorrer. Na indústria e energia, vai haver uma atenção redobrada para o avanço da ALE, como já foi referido, após autorizações das entidades competentes, que licenciam e viabilizam o projeto. Como é sabido, existem alguns constrangimentos no avanço, não por falta de financiamento, até porque é um investimento participado, mas por outros impedimentos burocráticos. Este executivo, continua a avançar com o que lhe é permitido, como aquisição de terrenos e aguarda ansiosamente pelas necessárias autorizações do Ministério do Ambiente, para poder avançar para as infraestruturas. Consideramos este projeto de enorme significado para o desenvolvimento e progresso do nosso concelho. De realçar também, e consideramos de grande importância, a relação entre o executivo e os Presidentes de Junta do Concelho. Sem exceção, foram chamados ao debate e foram fundamentais na elaboração deste orçamento. Como é sabido, e há muito que defendo que os Presidentes de Junta são os parceiros mais importantes neste processo. São eles que melhor conhecem a realidade do Concelho e que estão mais próximos das necessidades das pessoas. Por isso a grande importância do seu papel participativo na elaboração deste orçamento. Mas nem sempre foi assim. Por isso, alerto este executivo, para continuar a manter esta postura. O concelho é composto por um todo e esse todo, são as dez freguesias sem exceção. É bem evidente o valor que este documento contempla na rubrica "transferências diretas para as freguesias". Cerca de 50% mais do que em 2014, mais de 30% do que em 2015, 2016 e 2017. É este o sinal de confiança que o executivo mantém nestes autarcas. Gerir dinheiros públicos é uma responsabilidade que não é para todos, mas estes autarcas de freguesia, merecem e tem essa confiança da parte deste executivo. Além deste valor, transferido para as

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*freguesias, através dos protocolos estabelecidos com as mesmas, todas as obras e projetos reclamados pelas freguesias à Câmara, vão ser executados, satisfazendo assim, os compromissos eleitorais de cada um. Irão ser executados e acompanhados pelo Município, demonstrando um grande sinal de coesão de todos, na construção de um concelho melhor. Por isso, estamos perante um Orçamento e Plano para 2019, com grande impacto para os cidadãos, trazendo mais-valia para as pessoas, proporcionando melhor qualidade de vida, e projetando este concelho para além fronteiras. Para bem de todo o concelho de Porto de Mós, este executivo, merece a nossa confiança e o nosso voto favorável, neste orçamento."*-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, com votos de Boas Festas.-----

-----Continuou dizendo que começa por uma frase que já hoje aqui ouviu, dizendo que, queria referir antes de mais que a documentação está tecnicamente muito melhor elaborada, do que a que foi apresentada no ultimo ano. Disse depois que se está aqui para analisar, discutir e votar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento da Receita e da Despesa. Para se poderem efetuar despesas é necessário que existam receitas que cubram essas despesas. Há que fazer escolhas e essas escolhas podem muitas das vezes serem influenciadas pelo aproveitamento de qualquer cofinanciamento. Disse pensar que essa situação aconteceu neste Orçamento e que é uma situação que pode condicionar definitivamente as escolhas. Olhando para a decomposição apresentada na página 6, entre as despesas e as receitas, verifica-se que a despesa corrente é de dezassete milhões e trinta e cinco mil euros que já foi repetidamente falada, mas queria dizer que esta receita corrente permite desviar uma grande parte para a cobertura de despesas de capital. Quando se olha para as duas grandes componentes das receitas, e para as duas grandes componentes da despesa, verifica-se que as duas componentes da receita maiores, que são as transferências correntes e os impostos diretos, financiam 90% das despesas correntes. Portanto aqui, se se olhar à credibilidade dos valores, pensa que o Orçamento, se calhar, não é tão otimista ou exagerado quanto isso, porque as receitas correntes, que são valores já constantes do orçamento do ano passado e como tal já conhecidas, os impostos diretos são valores relativamente conhecidos, e portanto 90% das despesas correntes são financiadas com dois valores que se sabe quais são. Em termos da mobilidade dos valores, disse que sendo estas duas rubricas nas receitas, valores fixos, apenas o valor das vendas de bens e serviços, podem sofrer algum ajustamento, que mesmo assim, poderá não ser muito grande. A componente que pode ter acertos e desvios, será a componente de capital, porque raramente o dinheiro vem quando se pensa que ele vem, e naturalmente que ao não vir vai influenciar as despesas de capital. A terceira componente que aparece na página 6, curiosamente compensada, é o valor da venda dos bens de propriedade, que está compensada exatamente com as despesas correntes. De referir ainda que no que diz

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

respeito às despesas correntes, disse haver cerca de um milhão de euros, em duas parcelas sensivelmente iguais, uma de transferências para as Juntas de Freguesia e outra de transferências para as Associações, e é aqui nas Associações que vê algum ponto negativo porque no programa de candidatura do PSD à Câmara Municipal de Porto de Mós, lia-se que era objetivo da candidatura e do executivo, caso fosse eleito, que fosse criado o estatuto de dirigente associativo, reforçar os escalões de formação e desporto para todos, associações que desenvolvam desporto federado em instalações próprias, e os protocolos serem revistos e melhorados. De acordo com aquilo que o senhor Presidente lhe disse hoje de manhã, espera-se que o regulamento que tem vindo a ser sucessivamente adiado, já devia estar em funcionamento há muito tempo, mas garantiu-lhe há pouco que para a próxima ele estará concluído. Continuou dizendo que o regulamento está profundamente desatualizado, e que nunca seja posto em prática, sugeriu, sem ser discutido com os interessados, parecendo-lhe ser isso o mais importante. A ser assim, e ultrapassando esta parte, disse não saber se a tal figura do dirigente associativo ainda está na mente ou não, para vir a ser criada, e passaria à questão de *“reforçaremos apoio aos escalões de formação e desporto para todos, apoiaremos associações que desenvolvam desporto federado em instalações próprias”*, referindo que anda há décadas à espera de uma redação destas. Pelo que este ponto terá de ser refletido e olhado em termos de futuro, atendendo às dificuldades financeiras por que passam estas associações. Foi ainda falado que as associações, pela primeira vez este ano, vão receber o valor da inscrição do futebol sénior, referindo que os mesmos têm de ser ajustados porque não correspondem à realidade.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Iniciando a sua intervenção, disse que gostaria que se fixassem três coisas que vai dizer: poder de compra per capita – Porto de Mós, 80,3; Batalha, 83,8; Pombal, 82,8; Marinha Grande, 99,3%, Alcobaça 86,3%, referindo que ao fim de 12 anos deu nisto e é bom que se tenha essa consciência. Índice de envelhecimento – Porto de Mós, 172,2; Batalha, 148,1; Leiria, 141, Marinha Grande, 157. Mais uma vez Porto de Mós é o que tem um índice de envelhecimento maior. Número de ativos por idoso – Porto de Mós, 3,1; Batalha 3,5; Leiria, 3,9; Marinha Grande, 3,6. Continuou dizendo que mais uma vez Porto de Mós é o pior dos quatro concelhos. Diferença do salário médio para o salário mínimo – Porto de Mós, 256 euros; Batalha 275 euros; Leiria, 320 euros; Marinha Grande, 473 euros. Mais uma vez Porto de Mós é o pior. Continuou dizendo que este é o concelho que temos. O senhor Presidente referiu que nos últimos cinco anos Porto de Mós tinha perdido quatrocentas e tal pessoas, mas nos últimos sete, entre os cinco e os trinta e cinco anos, perderam-se setecentas e noventa pessoas, que representam 3% da população, e 6% da população ativa, numa faixa etária que é absolutamente determinante para o futuro do concelho. Continuou dizendo que isto não foi por falta de investimento, porque os três executivos anteriores tiveram à volta de cem milhões de euros para investimento, tendo feito obras em todo o lado. Mas o que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deve levar à reflexão, é, se ao fim de 12 anos a investir como se investi, tendo estes indicadores e estes resultados, se este problema se resolve com mais obras ainda. Se as obras não acrescentarem dinâmica económica, o problema mantém-se porque só esta dinâmica é que fixa as pessoas. Acerca do pleno emprego, disse que este existe porque das duas ou três últimas gerações, gente qualificada, não ficou cá ninguém, havendo um salário médio de 800 euros, o que significa que o pleno emprego é atingido com empregos mal remunerados e muito pouco qualificados. Assim, disse que esta tendência só se vai conseguir inverter, se forem criados pontos de rendimento no concelho e desenvolvimento económico, e de preferência que crie emprego qualificado para que possam vir os melhores. Continuou dizendo que, por isso é que lhe parece, que este Orçamento, apostando numa coisa que já devia estar resolvida, e que é o saneamento, no abastecimento de água, que também já devia estar resolvida, há dez ou quinze anos atrás. Disse ainda não conseguir compreender como é que se herda uma Câmara em 2005, em que o abastecimento de água era de 90% e a meta era cumprir os restantes 10%, ainda andamos nesta altura com o problema de haver habitações que não estão servidas com a rede de águas, em 2018. Está a ser feito aqui um esforço adicional que devia estar a ser canalizado para fontes de rendimento, de investimento e desenvolvimento económico, que estão a ir para o saneamento e abastecimento de água que já devia estar resolvido há muito. Obrigatoriamente esse problemas têm de ser resolvidos agora, sendo a aposta no saneamento absolutamente estrutural, mas disse querer deixar uma nota: não se pode apostar em tudo ao mesmo tempo. Continuou dizendo que a aposta no turismo é vital para este concelho. O concelho de Porto de Mós, é o concelho com maior património natural, cultural e histórico dos dezasseis do distrito de Leiria. Passam por ano em Porto de Mós, cerca de cinco milhões de pessoas no eixo Fátima/Nazaré, e nem sabem que estão a passar por Porto de Mós. Finalmente, há um plano estratégico, uma instituição credível, a desenvolver um estudo credível, que espera que seja o mais abrangente possível, que vai de encontro a algumas preocupações de Samuel Costa, esperando que estas sejam contempladas neste estudo. O concelho não pode continuar a viver apenas de pedreiras, precisando de apostar noutros setores, pelo que lhe parece que este Orçamento vai no bom sentido. Referiu-se depois à articulação do executivo municipal com os Presidente de Junta e ao facto de passar aqui um conjunto de obras por freguesia que foram acordadas e contratualizadas com os presidentes de junta, o que é de saudar, porque esta não era a prática. Para terminar, disse que gostou muito da intervenção de Mário Cruz, só tendo pena que Albino Januário, líder do Movimento pelo qual este deputado foi eleito, não estivesse a ouvi-lo, porque o projeto da Central Termoelétrica que devia ser um projeto potenciador, não só na vertente turística, como noutras, fizesse justiça, a uma história que este vila tem, que foi a primeira no país a produzir eletricidade, e ao ciclo do carvão e às minas, e que interligasse tudo isto e que fosse um projeto que pensasse Porto de Mós para fora das suas fronteiras, consegue esta coisa brilhante de ter 50% do espaço ocupado pelo arquivo municipal. Disse esperar que o executivo tenha isto em atenção, que ainda consiga inverter alguma coisa naquele projeto, porque é demasiado o

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investimento, apenas e só para fazer arquivo municipal. Aquele edifício tem uma história que justifica outras valências, sendo muito importante que, dentro do possível se possa converter o projeto que inicialmente foi pensado, de forma errada. Assim, disse dirigindo-se a Mário Cruz, que foi muito gratificante ouvi-lo dizer que o projeto é curto e que aquele edifício não pode ser só a reparação das paredes. Finalmente terminou chamando a atenção para as ligações à rede de saneamento, porque se no final do mandato se estiver com quatro mil fogos por ligar, irá dizer aqui o mesmo que disse em relação aos executivos anteriores, como subscreve na íntegra aquilo que foi dito pelo deputado António Pereira Carvalho, sobre o apoio às coletividades. O plano do programa eleitoral do PSD é reforço do apoio ao movimento associativo, não sendo isso que está a ver, tanto no Orçamento de 2018 como neste para 2019, esperando que isto seja corrigido.-----

-----Passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara dizendo que, em relação à intervenção de **Mário Cruz**, estava à espera que fosse em linha com aquelas as que fez, ao longo dos últimos quatro anos, a pedir um plano estratégico para o turismo, numa forma sistemática. Neste momento existe um plano estratégico para o turismo, e este Orçamento merecia da sua parte essa nota. Depois, disse, e sem demagogia, achar que o concelho de Porto de Mós não é de interior, o que acontece é que se tem andado agarrado a essa pseudo interioridade. Existe uma centralidade e uma dinâmica. Esta centralidade entronca num eixo turístico fundamental, o turismo religioso, património mundial, para além de ser por excelência o concelho da região centro do país, que pode oferecer, com qualidade, o chamado turismo de natureza, associado ao turismo cultural, sendo estas, palavras do próprio Presidente do Turismo do Centro Portugal. Relativamente à questão da fixação de pessoas, disse que tem critérios diferenciados, em hoje apostar no futuro, sendo certo que o resultado não aparece de imediato. Referiu que o mercado de habitação é um mercado complexo em Porto de Mós, dizendo pensar que está a agora a retomar o seu desenvolvimento, tendo os próprios serviços da Câmara como objetivo o licenciamento de obras num prazo de 15 dias, por forma a estimular o próprio mercado. Quanto à perda de serviços públicos, manifestou a sua preocupação, dizendo já ter reunido com a senhora Secretária de Estado da Justiça, pedindo mais do que aquilo que se tem, e que é pouco, tendo-lhe sido garantido pelo menos, que o tribunal de Porto de Mós não iria fechar. O Município pôs-se à disposição da senhora Secretária de Estado para fazer as obras necessárias de adaptação para vir para cá um outro tribunal, estando a aguardar decisões, esclarecendo que esta é uma decisão que não passa exclusivamente pelo Ministério da Justiça, pois a partir de 2019, terá também intervenção da Comunidade Intermunicipal, tentando o Município que tal aconteça.-----

-----Relativamente ainda ao mercado de construção e voltando um pouco atrás, disse que a Câmara avançou com a ampliação da ARU. A ARU em Porto de Mós, neste momento, abrange um conjunto de edifícios, sendo que alguns deles vão ser requalificados. Integrar este património degradado dentro da ARU, é também estimular o reforço da habitabilidade em Porto de Mós e se

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tudo correr como é expetável, haverá dentro de pouco tempo alguns edifícios novos disponíveis também, para o mercado de arrendamento.-----

-----Quanto ao turismo, disse que concorda com esta questão do turismo cultural, da ligação das pessoas à vida do território, do seu envolvimento, do bem receber, do bem-fazer, mas, disse, têm chamado a isto festas! O propósito do executivo é envolver a comunidade e o movimento associativo. O que se está a fazer, é trazer a cultura para as freguesias, envolvendo toda a comunidade e promovendo a coesão territorial e social através de eventos culturais com dimensão e com qualidade e sobretudo com baixo custo.-----

-----No que se refere à Central Termoelétrica, disse que confessa que a única coisa com que se preocuparam, foi em manter o projeto tal como estava para que o financiamento não fosse posto em causa. Referiu-se ainda ao processo judicial que está em curso e que o empreiteiro instaurou contra a Câmara e que seria colocado em risco se se ousasse alterar o projeto e/ou a utilização. O que se fez foi chamar a empresa projetista, a Inplenitus, que no caderno de encargos cortou o que já tinha sido feito e pago, tendo-se avançado com o caderno de encargos inicial e é esse que vai a concurso.-----

-----A **Gabriel Vala** disse que de uma forma geral, o documento em apreço espelha aquilo que foi o resultado da intervenção que o executivo tem vindo a fazer. Disse ainda que a Câmara está a fazer um forte investimento na manutenção do património municipal edificado, pois há edifícios muito degradados, envergonhando até o Município.-----

-----Quanto ao que disse o senhor deputado municipal **Antonio Pereira Carvalho**, e agradecendo as suas palavras, referiu no que diz respeito ao Orçamento, que foi preocupação do executivo fazer um documento, que, sendo previsionial, é um documento que assenta em bases sólidas com vista ao seu cumprimento. As Grandes Opções do Plano são, como disse e bem, as opções políticas que o executivo decidiu levar adiante, mas há aqui na sua intervenção, a questão do apoio ao movimento associativo. Continuou dizendo que nesta matéria, já houve dois regulamentos diferentes, e tem de ser encontrada uma solução que seja consentânea com os efetivos objetivos que, aqueles que são dirigentes associativos, ou as associações que praticam efetivamente desporto, tem efetivamente atividade, tenham um apoio amplo. Quando fala nisto, disse fala da necessidade objetiva de se ir “desmamando” aqueles que têm pouca prática ou nenhuma e que estão habituados a receber. Há algumas situações, em que é justo que continuem a receber alguma coisa, embora tendo a consciência de que têm de receber menos, e há outras situações que o próprio tempo dos apoios mudou, e hoje apoiar os escalões de formação faz todo o sentido, mas hoje os escalões de formação têm na maioria dos casos a participação também dos pais. Quem não tem participação nenhuma, são os seniores. Na maioria dos casos, nem dos próprios clubes recebem um incentivo. Portanto, disse, acha que é justo, incluir-se neste regulamento, ou protocolando-se com a Associação de Futebol de Leiria, como está em cima da mesa, ou fazendo-o diretamente, um apoio ao desporto amador sénior, porque é este que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

neste momento, mais está a sofrer. Isto foi feito este ano, relativamente ao apoio às Associações que têm futebol e futsal sénior. Isso irá ser incluído no regulamento que virá proximamente a esta Assembleia Municipal bem como o regulamento do dirigente associativo.

-----Quanto à intervenção do deputado **Júlio Vieira**, referiu que efetivamente estas são as evidências que o concelho apresenta. Todos têm a ambição de ter um concelho mais rico e mais próspero. Neste momento já se fez alguma coisa, salientando a questão do ensino profissional. Tendo falado com as empresas, elas próprias sentem que da forma como estão a formar estes alunos, estão a fixá-los. A par disto, o Instituto Educativo do Juncal, fez um protocolo com o Instituto Politécnico de Leiria, também para acrescentar valor nesta área da formação profissional, e de alguma forma, ir ao encontro da qualificação de emprego, da melhoria de vencimento que estas pessoas hão-de ter, pela sua qualificação e conseqüentemente da melhoria da economia do concelho.

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 2 da ordem de trabalhos – **Documentos Previsionais para o quadriénio 2019-2022** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 13 (treze) abstenções**.

-----**3. Medidas de execução do orçamento para o ano de 2019;** -----  
-----Atendendo a que a discussão do presente ponto da ordem de trabalhos, teve lugar no ponto anterior, e não havendo qualquer pedido de intervenção, foi o mesmo posto a votação, tendo sido **aprovado por maioria, com 13 (treze) abstenções**.

-----**4. Mapa de Pessoal para o Ano de 2019;** -----  
-----O senhor Presidente da Câmara referiu que apenas queria dizer que o mapa de pessoal, tem transcrito aquilo que é a realidade do município, não tendo alterado nada, com exceção do facto de haver um conjunto de avençados, o que decorre do apoio às piscinas, do apoio aos idosos e também do apoio ao insucesso escolar, havendo ainda um contrato de avença com uma arquiteta que está a dar apoio ao gabinete de arquitetura, resultando daqui também a melhoria substancial da análise de projetos entrados, que se tem vindo a acentuar desde 2017.

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

-----**5. Pedido de autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais no Exercício de 2019;** -----

-----Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara explicitando o ponto em análise e cuja proposta foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 08.11.2018, e que a seguir se

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

transcreve:-----

-----"Considerando o disposto no Artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:-----

-----a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----

-----b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;-----

-----Considerando a alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, republicada em anexo à Lei n.º 22/2015, de 17 de Março, aprovando as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita à Administração Local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;-----

-----Considerando que o Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02 de Junho, estabelece que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação das Grandes Opções do Plano;-----

-----Proponho, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e replicando uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Sector Público Administrativo, delibere a Câmara propor à Assembleia Municipal a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, no decurso do ano orçamental de 2018, sob as seguintes condições:-----

-----a) Resultem (i) de projetos, ações ou de outra natureza constantes dos documentos previsionais aprovados ou (ii) de reprogramação financeira de projetos, ações já anteriormente comprometidos e decorrentes de reprogramações físicas ou do estabelecimento de acordos de pagamentos;-----

-----b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;-----

-----c) Sejam respeitados os limites de competência para autorização de despesa nos termos dos artigos 18.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;-----

-----d) A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas; -----

-----e) Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe."-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Pedido de autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais no Exercício de 2019** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 8 (oito) abstenções**.-----

-----**6. Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro;**-----

-----Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara explicitando o ponto em análise, cuja proposta foi presente em reunião de Câmara de 08.11.2018, para conhecimento, tendo sido deliberado dela dar conhecimento também à Assembleia Municipal, e que a seguir se transcreve:---

-----"A Lei n.º8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicação pela Lei n.º22/2015, de 17 de março, que aprova a regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º1 do artigo 6º que a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que concerne às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

-----Deste modo, e por razões de simplificação e celeridade processuais, foi solicitado à Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----Face ao exposto, na sequência da aprovação da referida autorização prévia genérica em Assembleia Municipal de 15/12/2017, e dando cumprimento ao artigo 22.º e Anexo I das Medidas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano 2018, junto se anexa um quadro onde constam os compromissos assumidos ao abrigo da mesma desde 01/09/2018 a 31/10/2018."-----

-----**7. Delegação de Competências nas Freguesias:**-----

-----**7.1. Pedido de autorização de adenda aos acordos de execução com as Freguesias;**-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra o senhor Presidente da Câmara passou a dizer que foram feitas algumas alterações relativamente aos critérios, sobretudo com o objetivo de equilibrar alguns dos pontos, tendo a ambição de, no próximo ano, voltar a acertar critérios onde os mesmos não foram acertados, parecendo-lhe que, quanto mais simples forem, mais perceptíveis se tornam para todos, sendo para si fundamental, que as Juntas de Freguesia não recebam menos, por via da aplicação desses critérios.-----

-----O acordo de execução que foi assinado para o mandato de quatro anos, o ano passado, era um contrato que no seu compromisso, iria ser atualizado, que é que está a ser feito, através da presente adenda, alterando alguns critérios e valores, reforçando todos os acordos de execução e disponibilizando uma verba total de cinquenta e seis mil, seiscentos e sessenta e oito euros e oitenta e um cêntimos.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Usando da palavra referiu-se aos critérios adotados para os espaços verdes, tendo o senhor Presidente da Câmara dito que essa matéria foi uma das que não sofreu alterações, nem nos critérios, nem nos valores e que aquilo que lhe foi transmitido e que está no espírito deste documento, é que são considerados espaços verdes, aqueles que são da responsabilidade do Município, e o que acontece é que os espaços verdes a que o senhor deputado se refere, nunca foram considerados.-----

-----Samuel Costa continuou dizendo que só gostava de saber quais os critérios para definir espaço verde e ajardinamento, para que no próximo orçamento lá venham os critérios bem explanados para se saber como agir.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Usando da palavra, referiu que à semelhança do que aqui já disse, que regista o aumento, mas que de facto, nenhum dos dez presidentes de junta podem dizer que estão a ganhar algo com estes acordos, antes pelo contrário, todos estarão a pagar para fazer uma parte daquilo que são competências da Câmara Municipal. Disse que pediu um orçamento a duas empresas privadas e o melhor deles, só para limpar 25 Km de estrada, as duas faixas, duas vezes por ano, correspondia quase cinco vezes ao valor que lhe é disponibilizado pela Câmara. Continuou dizendo que este não é um dinheiro para as Juntas de Freguesia. Este é um dinheiro que serve para que as Juntas de Freguesia realizem um trabalho que é competência da Câmara Municipal, dizendo ainda que interveio ao máximo para que estes valores pudessem ser reforçados. Terminando, disse registar também a abertura do executivo, relativamente às Juntas de Freguesia, mas que neste ponto ficou um pouco desiludido.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo que tem de discordar com Filipe Batista, relativamente ao que ele disse sobre ser tudo competência da Câmara. É obvio que as pessoas quando são eleitas têm competências e algumas delas são delegáveis. A questão central aqui, e disse-o no inicio, é a parceria que existe, e que tem vindo a evoluir positivamente, estando a dar passos muito importantes nesse sentido, atendendo a que os Presidentes de Junta, são os verdadeiros cuidadores da Freguesia.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi este ponto da ordem de trabalho a posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado com maioria, com 2 (duas) abstenções**.-----

### -----**7.2. Pedido de autorização Contratos Interadministrativos com as Freguesias;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usando da palavra disse estar disponível para responder a qualquer questão que entendam colocar-lhe, salientando o facto de o contrato ser exatamente igual ao do ano passado.-----

#### -----**Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteiro (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra disse que ficou satisfeito com a intervenção de Samuel Costa porque vem reforçar a sua convicção que já tinha em relação à delegação de competências, que é diferente dos acordos de execução. Trata-se de uma delegação de competências para efetuar obra que vem acompanhada com o respetivo pacote financeiro.-----

#### -----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Usou da palavra para questionar relativamente às datas, respondendo o senhor Presidente da Câmara que o contrato entra em vigor com efeitos a 1 de janeiro a 30 de novembro. Filipe Batista continuou dizendo que isto foi um avanço significativo, e que terá oportunidade de lhe mostrar tudo o que o senhor Presidente fez, por via da Junta de Alqueidão da Serra.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que está disponível para não atribuir a verba, se é assim tão complicada a atribuição de duzentos e setenta e cinco mil euros às Juntas de Freguesias. A questão é que os senhores Presidentes de Junta querem, porque também gostam de embelezar o seu território e realizar coisas importantes para as suas populações, sem andarem a pedir. O resultado dos contratos interadministrativos é este: uma parceria feita entre o município e as juntas de freguesia.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi este ponto da ordem de trabalhos – **Pedido de autorização Contratos Interadministrativos com as Freguesias** – posto a votação, tendo o mesmo

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sido **aprovado por unanimidade**.

### **8. Conselho Municipal de Segurança do Concelho de Porto de Mós;**

#### **8.1. Aprovação do regulamento provisório do Conselho Municipal de Segurança do Concelho de Porto de Mós:**

A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a explicar que este ponto da ordem de trabalhos tem a ver com a Lei 33/98 de 18 de julho, que refere que compete à Assembleia Municipal elaborar e aprovar o Regulamento provisório que envia a título consultivo ao Conselho. O regulamento foi elaborado por um grupo de trabalho saído desta Assembleia Municipal com a colaboração do Coordenador Municipal de Proteção Civil, Engº. Nuno Oliveira. O regulamento foi oportunamente enviado a todos os membros desta Assembleia, considerando que, e não havendo pedidos de intervenção, o mesmo está em condições de ser aprovado. Nesta conformidade, foi o presente ponto da ordem de trabalho posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

#### **8.2. Aprovação da composição do Conselho Municipal de Segurança:**

A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a informar o plenário, de que chegou à Mesa uma lista subscrita pelos líderes de todas as bancadas com representação nesta Assembleia Municipal, designando, para integrar o Conselho Municipal de Segurança, os seguintes elementos:

1. Os dez presidentes de Junta de Freguesia do Concelho de Porto de Mós;

2. Sete responsáveis na área do município pelos organismos de assistência social:

a) Solar do Povo do Juncal;

b) Casa do Povo de Calvaria de Cima;

c) Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós;

d) Casa Abrigo de Mira de Aire;

e) Casa do Povo de Alqueidão da Serra;

f) CASSAC;

g) Lar da Cruz da Légua.

3. Dois representantes de Associação Económicas do Concelho:

a) Assimagra;

b) Acelis.

4. Seis cidadãos de reconhecida idoneidade:

a) Um representante da Caritas;

b) Um representante do Instituto Educativo do Juncal;

c) Um representante do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós;

d) Dois representantes da Associação de Pais de Porto de Mós e de Mira de Aire;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----e) Um representante do Agrupamento de Escuteiros.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Pedi a palavra para perguntar se os representantes das Associações acima referidas foram contactados no sentido de se saber se aceitam ou não.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia respondeu que quem preside a este conselho, é o senhor Presidente da Câmara pelo que este irá convocar o conselho, sendo que são as instituições que designam os seus representantes no conselho.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi a presente lista posta a votação tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade.**-----

-----**17. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que estava disponível para responder às questões que entendessem colocar-lhe, escusando-se de tecer mais considerações por lhe parecer que este é um documento objetivo. Sem prejuízo de responder às questões que entendam colocar-lhe, disse que queria deixar duas notas finais: amanhã será inaugurada a Aldeia Natal, ficando desde já, todos convidados. Importante é também a presença de todos do Jantar de Natal dos funcionários da Câmara. Referiu ainda que este ano, à semelhança do que já aconteceu no ano passado, terá lugar a Passagem de Ano, iniciativa promovida conjuntamente com a Junta de Freguesia de Porto de Mós, que terá lugar no recinto das tasquinhas. Finalmente, disse que irá ser feita a apresentação do novo website do município, no dia 10 de dezembro, às 17 horas no Cineteatro de Porto de Mós, estando todos convidados para essa realização. Terminou agradecendo a confiança e agradecendo sobretudo as palavras estimulantes, sobre o desafio que têm pela frente para cumprir este orçamento, com a ambição que acha que lhes reconhecem.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que ideias diferentes à parte, queria desejar a todos um Feliz Natal bem com às respetivas famílias e um Feliz Ano Novo, com muita saúde.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Usou também da palavra para desejar a todos, em seu nome pessoal e da bancada que representa, um Feliz Natal e um próspero Ano Novo, a todos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----No uso da palavra desejou a todos, em nome da bancada do PS Festas Felizes.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, desejou também a todos os presentes, em nome da Mesa, um Feliz Natal e um próspero Ano Novo.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 3, 4, 5, 7 e 8 da Ordem de Trabalhos**, dispensando a sua leitura. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 01.00 horas do dia 1 de dezembro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_